



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

LUCAS MATHEUS DE LIMA SANTOS

**O marxismo na perspectiva da Sociologia Católica: Uma análise dos
conteúdos referentes à teoria marxiana presentes em manuais escolares de
sociologia católica (1920-1940)**

**MACEIÓ
2023**

LUCAS MATHEUS DE LIMA SANTOS

O marxismo na perspectiva da Sociologia Católica: Uma análise dos conteúdos referentes à teoria marxiana presentes em manuais escolares de sociologia católica (1920-1940)

ORIENTADOR: Prof. Dr. Welkson Pires da Silva

MACEIÓ
2023

Catlogação na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário: Jorge Raimundo da Silva – CRB-4 - 1528

L237m Santos, Lucas Matheus de Lima.

O marxismo na perspectiva da Sociologia Católica: Uma análise dos conteúdos referentes à teoria marxiana presentes em manuais escolares de sociologia católica (1920-1940) / Lucas Matheus de Lima Santos. – 2023.

81 f.

Orientador: Welkson Pires da Silva.

Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências Sociais. Maceió, 2023.

Bibliografia: f. 79-81

1. Manual de Sociologia. 2. Marxismo. 3. Sociologia Católica.
4. Sociologia relacional. I. Título.

CDU: 330.852

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer à minha família que, em muitos momentos, tornou viável minha continuidade na universidade, em especial ao meu falecido avô Severino Aureliano dos Santos. Homem que veio da pequena cidade de Flexeiras e enfrentou chuva e sol empunhando uma pá, trabalhando na pavimentação de estradas pelo estado de Alagoas, em atuação pelo DER (Departamento de Estradas e Rodovias), sabia escrever apenas o próprio nome, mas ensinou-me valiosas lições, as quais eu não poderia aprender em nenhuma das inúmeras leituras que fiz ao longo desta graduação. Assim como sou grato à minha mãe Adriana, minha irmã Anna Luiza e a minha avó Rosinete. Agradeço também aos meus amigos e camaradas de longa data, Ronaldo e Leniel, que tornaram mais leve esse processo e apoiaram meus objetivos, bem como meus colegas de curso que compartilharam comigo entusiasmos, aflições e aspirações. Tenho imensa gratidão ao professor Welkson Pires que, desde 2020, tem firmado parceria acadêmica comigo. Seu convite para participar de seu projeto de PIBIC, ao final do segundo período do curso, foi de extrema importância para minha trajetória formativa. Trabalhamos em dois projetos de iniciação científica, um artigo e a orientação desta monografia. Agradeço também ao professor Cristiano Bodart por fornecer, de bom grado, seu acervo de manuais escolares de Sociologia que foram objeto de estudo deste trabalho e de outras produções. Finalmente, só tenho a agradecer a minha namorada e parceira Sarah que tem me apoiado incondicionalmente nesta caminhada, seja com suas sugestões ou com seu carinho.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo observar e compreender a forma como o marxismo é tratado no âmbito da Sociologia católica, o que será feito por meio da análise de um conjunto de manuais escolares de sociologia produzidos por intelectuais católicos e publicados entre 1920 a 1940. É importante destacar todo o tecido social repleto de oposições e disputas que remetem aos confrontos de perspectiva entre a Igreja e a classe burguesa e seus ideais iluministas, as disputas pela explicação dos fenômenos sociais da desigualdade e do pauperismo entre o clero e o marxismo, além das disputas pela hegemonia das ideias pedagógicas no Brasil entre escolanovistas e católicos conservadores. Essa pesquisa se utiliza da sociologia relacional de Pierre Bourdieu para compreender como a posição social dos intelectuais católicos e suas disposições no campo educacional influenciaram a forma como o marxismo foi apresentado em seus manuais. A metodologia utilizada para análise e coleta de dados destes manuais está amparada na manualística, buscando observar as dimensões externas e internas dos manuais, de modo que pudéssemos alcançar os contextos de produção destas obras e as seções de conteúdo onde se localizavam a exposição sobre a teoria marxiana, possibilitando evidenciar as estruturas, conceitos abordados, discussões onde se inserem e as propostas de refutação elaboradas pelos autores. Como principais achados, destacam-se: 1) a influência evidente das interpretações papais sobre o marxismo na exposição destes manuais em relação a esta teoria; 2) a ênfase sobre o aspecto econômico das contribuições de Marx e o combate à suas ideias referente a luta de classes e a mais-valia; 3) a convergência das refutações baseadas na política de conciliação entre as classes e a estabilização das tensões sociais com os objetivos da elite industrial da década de 1930.

Palavras-chave: Manual de Sociologia; Marxismo; Sociologia Católica; Sociologia relacional.

ABSTRACT

The aim of this paper is to observe and understand how Marxism is dealt with in Catholic sociology, by analyzing a set of sociology textbooks produced by Catholic intellectuals and published between 1920 and 1940. It is important to highlight the entire social fabric full of oppositions and disputes that refer to the clashes of perspective between the Church and the bourgeois class and its Enlightenment ideals, the disputes over the explanation of the social phenomena of inequality and pauperism between the clergy and Marxism, as well as the disputes over the hegemony of pedagogical ideas in Brazil between Scholasticists and conservative Catholics. This research uses Pierre Bourdieu's relational sociology to understand how the social position of Catholic intellectuals and their dispositions in the educational field influenced the way Marxism was presented in their textbooks. The methodology used to analyze and collect data from these manuals is based on manualistics, seeking to observe the external and internal dimensions of the manuals, so that we could reach the production contexts of these works and the content sections where the exposition on Marxian theory was located, making it possible to highlight the structures, concepts covered, discussions where they are inserted and the refutation proposals made by the authors. The main findings are: 1) the obvious influence of papal interpretations of Marxism in the textbooks' exposition of this theory; 2) the emphasis on the economic aspect of Marx's contributions and the fight against his ideas regarding class struggle and surplus value; 3) the convergence of refutations based on the policy of conciliation between classes and the stabilization of social tensions with the objectives of the industrial elite of the 1930s.

Keywords: Handbook of Sociology; Marxism; Catholic Sociology; Relational Sociology.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Manuais de Sociologia Católica que compõem o corpus de pesquisa.....	15
Quadro 02 - Presença da teoria marxiana no manual <i>Programa de Sociologia</i>	48
Quadro 03 - Presença da teoria marxiana no manual <i>Preparação à Sociologia</i>	52
Quadro 04 - Presença da teoria marxiana no manual <i>Noções de Sociologia</i>	57
Quadro 05 - Presença da teoria marxiana no manual <i>Sociologia Cristã</i>	59

SUMÁRIO

Introdução.....	07
1 - Desenho teórico-metodológico.....	11
2- A Igreja, a Ciência e o Marxismo: reconstruindo oposições.....	17
2.1. Hegemonia eclesiástica em risco: o surgimento da ciência moderna.....	17
2.2. Marxismo e Igreja Católica: embates pela questão social	20
2.3. A laicização da educação no Brasil e a contraproposta católica	25
3 - O manual como objeto de análise: uma visão geral das obras.....	30
3.1. As potencialidades do manual escolar como objeto de estudo sociológico.....	30
3.2. Um panorama geral das obras: autores, editoras e características.....	33
3.2.1. <i>Amaral Fontoura e o seu manual Programa de Sociologia</i>	33
3.2.2. <i>Tristão de Athayde (Alceu Amoroso Lima): Liderança católica e o seu manual</i> Preparação à Sociologia.....	37
3.2.3. <i>Uma mulher entre homens: Madre Francisca Peeters, educadora e</i> <i>escritora</i>	41
3.2.4. <i>A Sociologia Cristã do Padre Guilherme Boing</i>	44
4 - O marxismo na perspectiva da Sociologia Católica.....	48
4.1. Situando a teoria marxiana nos manuais.....	48
4.2. Uma análise relacional da recepção católica ao marxismo em seus manuais de sociologia.....	67
Considerações Finais.....	76
Referências bibliográficas.....	79

INTRODUÇÃO

A história do ensino de Sociologia no Brasil é um tema que ainda fornece descobertas acerca do surgimento e estruturação da disciplina na educação básica brasileira, tendo trabalhos recentes redescoberto novos marcos das experiências pioneiras que datam do final do século XIX no estado do Amazonas (BODART, C. N.; CIGALES, M. P, 2021), alargando os horizontes da própria questão do surgimento da disciplina no país. Dessa forma, a presente proposta volta-se para a primeira metade do século XX, período em que a sociologia alcança de forma efetiva o status de componente curricular obrigatório na educação básica no Brasil, buscando alcançar os manuais escolares que surgem no dito período, tendo os mesmos como objeto de pesquisa.

É importante destacar que esse trabalho foi impulsionado por minha participação no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) no ciclo 2021-2022 com a pesquisa intitulada “Avaliação das aprendizagens no ensino da Sociologia Escolar: uma análise histórica a partir de manuais escolares de sociologia da primeira metade do século XX”, por meio deste trabalho foi possível ter acesso a um conjunto de 34 manuais desse período e a partir da leitura dos mesmos observou-se a presença de conteúdos referentes ao referencial teórico marxiano nos manuais de sociologia de vertente católica, o que terminou por despertar o interesse para futuros estudos.

Essa pesquisa busca contribuir também com a produção de conhecimento no campo da história do ensino de Sociologia, tendo em vista as importantes contribuições de MACHADO, C. S (1987), MEUCCI (2000), BODART, C. N.; CIGALES, M. P (2021); CIGALES (2014); CIGALES (2019) que permitem um panorama das experiências pioneiras e rotinização da Sociologia no Brasil, apresentando os primeiros manuais, traçando o perfil de seus autores, apresentando a estruturação da perspectiva sociológica católica, sendo assim, o presente esforço busca acrescentar junto a essas iniciativas uma contribuição a respeito dos conteúdos presentes na sociologia escolar no período, focalizando as produções da chamada Sociologia católica.

É importante salientar que para além da curiosidade advinda da pesquisa anterior com esses manuais realizada no Programa de Iniciação científica, o presente trabalho também toma como ponto de partida a tese de doutoramento de Marcelo Cigales (2019) intitulada *A sociologia católica no Brasil (1920-1940): Análise sobre os manuais escolares*, onde o autor lança luz acerca dessa vertente sociológica no país e nesse esforço aponta

secundariamente para os embates que os autores proporcionaram frente a teoria marxiana e também contra as contribuições do sociólogo francês Émile Durkheim. A tese de Cigales nos aponta importantes caminhos como informações acerca da biografia desses autores, critérios para enquadramento destes como intelectuais católicos, as dinâmicas das disputas, assim como as principais ideias da Sociologia Católica, a mobilização do aparato teórico de Pierre Bourdieu para uma análise relacional dos manuais, enfim, tal trabalho foi de grande valia para a presente pesquisa, de modo que buscamos expandir esse esforço inicial para um conteúdo específico presente nestas obras: O Marxismo.

Mas por que escolher focar nos conteúdos que versam sobre as teorias de Karl Marx? A justificativa para essa escolha centram-se em dois argumentos: A presença e relevância das ideias políticas do filósofo alemão presentes no Brasil desde o Império, datando a primeira referência de 1872 em um jornal recifense (AZEVEDO, 2013), tendo suas ideias sido comentadas mesmo que superficialmente ou ocasionalmente por pensadores brasileiros e marcado presença na imprensa em um contexto que o país passava a industrializar-se e começavam a acender os primeiros movimentos operários nas primeiras décadas do século XX; em segundo lugar, as ideias de Marx foram alvos de combate da Igreja Católica, tendo o Papa Pio XI na Carta Encíclica *Quadragesimo Anno* (1931) evocado explicações próprias da Igreja para pontos da vida social em confronto à teoria marxiana. Sendo assim, levando em consideração a presença dessa teoria na imprensa e em movimentos sociais que estavam em fase inicial no país e tendo sido alvo de diretrizes da Igreja Católica em seu mais alto clero, fica evidenciada a relevância desses conteúdos para retratar uma disputa expressa nos manuais de Sociologia escolar aqui escolhidos.

Para realizar tal empreendimento, valemo-nos do referencial teórico do sociólogo francês Pierre Bourdieu, mobilizando as noções de espaço social, campo e capital em suas formas econômica e cultural de forma que pudéssemos realizar uma análise relacional acerca da presença do marxismo nestes manuais, buscando compreender como a forma que esses conteúdos estão postos se relaciona com os contextos de produção e a lógica interna desses manuais, assim como levamos em consideração a observação documental nos termos postos por Richardson (2009), os princípios da análise de conteúdo, tendo como base Bardin (2002), e os percursos metodológicos para análise de manuais escolares no ensino de sociologia propostos por Cigales e Oliveira (2019) e Bodart e Pires (2021). Em suma, foi empreendida uma pluralidade de técnicas nos processos de coleta e análise dos dados.

Feitas tais colocações, podemos então apresentar como esta monografia está

estruturada. Após a introdução, o leitor seguirá para a primeira seção na qual estruturamos o desenho teórico-metodológico desta pesquisa. Trata-se de uma seção dedicada a destrinchar o referencial teórico que norteará nossa análise, além de descrever os aspectos metodológicos de coleta dos dados e também indicar quais dados buscamos coletar, bem como as potencialidades destes para os nossos fins. Em seguida, na segunda seção, realizamos uma ampla contextualização histórica em que três oposições são evidenciadas: o embate entre a Igreja Católica e a Ciência no período de transição da Idade Média para a Modernidade; o embate entre o clero e o marxismo acerca da Questão Social, uma vez que o século XIX apresenta a sociedade capitalista industrializada e o surgimento de fenômenos sociais específicos desta época, tais como o pauperismo; e, por fim, o embate no campo educacional entre escolanovistas e católicos conservadores, introduzindo o surgimento da perspectiva da Sociologia católica. Já a terceira seção está subdividida em duas partes: a primeira trata da problematização do manual escolar como objeto de estudo e suas potencialidades para análise no subcampo de ensino em sociologia; na segunda, fazemos uma apresentação de cada um dos autores das obras focalizadas, incluindo aí algumas informações editoriais e sobre a estrutura dessas obras, buscando, com essa investigação, evidenciar a posição social de cada um desses autores, a sua posse de capitais e redes de relações sociais. Por fim, a quarta seção também está subdividida em dois momentos: no primeiro, empreendemos minuciosa e extensa apresentação ao leitor de como o marxismo está presente em cada um dos quatro manuais que fazem parte do *corpus* desta pesquisa de modo a evidenciar as principais características e recorrências destas exposições, no segundo momento, buscamos mobilizar todos os dados apresentados nas seções anteriores para análise dos conteúdos, pretendendo assim empreender uma análise relacional nos termos propostos por Bourdieu.

Por fim, após essas quatro seções, trazemos as considerações finais desta monografia, onde realizamos uma síntese da investigação realizada, buscando também sinalizar algumas inferências com base nos resultados obtidos. É certo que o presente trabalho apresenta suas limitações no que tange ao volume de informações biográficas dos autores para compreender integralmente a posse de capitais e suas posições no espaço social. Entretanto, buscamos atentar para quaisquer indicativos encontrados nos documentos analisados. Outro ponto a ser colocado é quanto ao referencial teórico fornecido por Pierre Bourdieu, o qual serviu-nos de inspiração na observação deste montante de dados. Nesse sentido, não necessariamente tentamos aplicar à risca suas contribuições metodológicas.

Em suma, espera-se que essa monografia possa contribuir para compreensão da história do ensino de Sociologia tendo como ponto de partida a presença de um conteúdo específico dentro de uma perspectiva sociológica atuante, a Sociologia Católica, no campo educacional, durante a primeira metade do século passado.

1 - DESENHO TEÓRICO-METODOLÓGICO

O que se pretende realizar nesta monografia, em certa medida, é uma Sociologia da Sociologia, no sentido de mobilizar categorias sociológicas para analisar conteúdos presentes nos manuais de sociologia escolar (mais especificamente, os conteúdos que versam sobre o marxismo nos manuais de sociologia católica). Para tal empreendimento, a perspectiva relacional do sociólogo francês Pierre Bourdieu parece melhor atender as necessidades analíticas da proposta, uma vez que buscaremos pensar tais manuais escolares relacionando seus aspectos internos com suas condições de produção, levando em consideração a biografia de seus autores e suas redes de relacionamentos, o contexto histórico, político e social do período em que foram produzidos.

Necessariamente nos é cara a noção de *campo* cunhada por Bourdieu, entendendo esta como um espaço simbólico constituído por posições distintas e coexistentes que existem uma em relação às outras, onde as posições dos agentes são determinadas de acordo com a distribuição dos capitais que são os princípios de diferenciação (BOURDIEU, 2011), expressando assim uma estrutura relacional. Tal arcabouço conceitual nos permite melhor compreensão acerca desses dados biográficos dos autores e suas relações sociais e influência que irão contribuir para o esforço maior de explicar a forma como a teoria marxiana é recepcionada por estes autores em seus manuais escolares de Sociologia.

Tomando o campo como espaço de posições sociais, Bourdieu (2011) coloca que esta condição se retraduz em um espaço de tomadas de posição através do espaço de disposições, os *habitus*, estes por sua vez são “[...]princípios geradores de práticas distintas e distintivas[...]” (p. 22) que terminam por fornecer um senso prático para os indivíduos. Dessa forma, a posição que os indivíduos ocupam no espaço social está relacionada com maneiras distintas de se portar no mundo, de assumir posições, o que nos interessa já que pode nos fornecer caminhos para relacionar essas posições e decisões assumidas pelos autores ao marxismo interpretado por estes em seus manuais.

A teoria de campo social proposta por Bourdieu embasa justamente essa multiplicidade de olhares simultâneos para a análise destes manuais, não se restringindo a apenas uma das dimensões (a própria obra ou apenas as condições estruturais, etc), como podemos verificar nas palavras do sociólogo francês:

A teoria do campo realmente faz com que se recuse tanto o estabelecimento de uma relação direta entre a biografia individual e a obra (ou entre a “a classe social” de origem e a obra) como a análise interna de uma obra em particular ou mesmo a

análise intertextual, isto é, o relacionamento de um conjunto de obras. Porque é preciso fazer tudo isso ao mesmo tempo. (BOURDIEU, 2004, p. 177).

Entendendo que os indivíduos são posicionados no espaço social de acordo com a distribuição dos capitais, faz-se necessário também explorar as noções de capital cultural e econômico na proposta de Pierre Bourdieu. No que diz respeito ao capital *econômico*, pode ser institucionalizado na forma de posse de propriedades, podendo ser convertido diretamente em dinheiro, poder aquisitivo, para os fins desta monografia tal capital pode ser observado por meio da biografia dos autores analisando suas origens familiares e ocupação de cargos.

Já o capital cultural pode existir em três formas: no estado incorporado, na forma de disposições na mente e no corpo (como a capacidade de expressão verbal); pode ser institucionalizado, referente a qualificações educacionais (diplomas em instituições de prestígios); também pode ser verificado no estado objetivado sob a forma de bens culturais (quando, por exemplo, o indivíduo tem a posse de uma biblioteca ou obras de arte). O capital cultural, em certas condições, pode ser convertido em capital econômico (quando um indivíduo adquire uma formação acadêmica que possa lhe proporcionar uma alta remuneração), assim como também pode ser convertido em capital social por meio de conexões sociais (Bourdieu, 1986). Para esta monografia observamos necessariamente a posse do capital cultural em sua forma institucionalizada.

É interessante apontar que Cigales (2019), ao realizar interessante esforço para compreensão da Sociologia Católica no Brasil em sua tese de doutorado, apropria-se do referencial teórico bourdieusiano, mobilizando as categorias sociológicas desta teoria para analisar os manuais escolares católicos. Tendo em vista a disputa pela hegemonia no campo educacional brasileiro entre renovadores e católicos, o autor busca, na perspectiva relacional de Bourdieu, perceber disputas nos manuais:

[...] por trabalhar com uma sociologia relacional, a intenção neste estudo é perceber os pontos da tensão entre os níveis micro e macro, buscando compreender como o interior do manual reflete as disputas mais amplas no interior dos campos sociais. E vice-versa, ou seja, buscar analisar como essas disputas influenciaram na estruturação interna desses manuais, impondo sistemas de classificações e divisões do mundo social, ou até mesmo, investigar até que ponto os manuais da sociologia católica, exerceram resistência às influências externas. (CIGALES, 2019, p. 56).

Este é um trabalho que muito nos interessa, uma vez que tem os manuais de sociologia escolar católicos como objeto de estudo e utiliza-se do referencial teórico de Bourdieu para pensar a estruturação da sociologia católica a partir da noção de campo social. Partindo desse esforço de Cigales (2019) para evidenciar a estrutura e a posição desses sujeitos para compreender a sociologia católica no Brasil, busca-se pensar os conteúdos sobre a teoria

marxiana nesses manuais tendo em vista a Sociologia Relacional de Bourdieu, de modo que possamos evidenciar o “não dito” por trás destes conteúdos e aspectos relacionados às posições e tomadas de decisões destes agentes que possam explicar o porquê do marxismo ter sido exposto da forma como o foi nesses manuais.

Para além do aporte teórico fornecido por Pierre Bourdieu, nos valemos de algumas técnicas para análise dos manuais que fazem parte do *corpus* desta pesquisa, tais como a observação documental nos termos estabelecidos por Richardson (2009, p. 228) que a descreve da seguinte maneira: “pode ser definida como a observação que tem como objeto não os fenômenos sociais, quando e como se produzem, mas as manifestações que registram estes fenômenos e as ideias elaboradas a partir deles”, dessa forma os manuais escolares de Sociologia foram observados pensando como estes podem registrar os fenômenos sociais indo de acordo com a perspectiva de Benito (2017) que aponta como uma das dimensões do livro sua capacidade de ser um espelho da sociedade que o produz.

Outra técnica mobilizada para coleta de dados foi a análise de conteúdo partindo dos princípios estabelecidos por Bardin (2002):

- Pré-análise: após uma leitura flutuante, será realizada: 1) mapeamento dos conteúdos que versam sobre a teoria marxiana que é nossa unidade de análise; 2) feitura de fichamentos que além de conter os conteúdos sobre o marxismo, contextualiza a discussão em que está inserido;
- Interpretação dos dados: tendo realizado a organização das unidades de registro, fornecendo um quadro comparativo entre os conteúdos, foram estabelecidas inferências sobre as condições de produção destes elementos, tomando como base as contribuições teóricas de Pierre Bourdieu.

Além disso, foi levado em consideração um conjunto de orientações metodológicas, presentes em Cigales e Oliveira (2019) e Bodart e Pires (2021), que apontam para a necessidade de se atentar, na observação dos manuais escolares, para elementos concernentes às dimensões internas (elementos gráficos como imagens, escolha da capa, tamanho da fonte, prefácios, a estrutura da obra, etc) e externas (contextos histórico, político e cultural de produção, biografia do autor) das obras. Além disso, assumimos também a recomendação presente naqueles trabalhos no que diz respeito à empreender uma multiplicidade de técnicas para analisar esse objeto, visando melhor explorar aquelas duas dimensões.

Sobre as dimensões externas e internas, foi realizada uma seleção dos elementos tendo em vista os objetivos desta monografia e as possíveis potencialidades analíticas que estes poderiam proporcionar. No que tange aos aspectos externos indicamos os seguintes e suas

potencialidades analíticas: o contexto histórico e social da Europa ocidental, de modo que possamos compreender as dinâmicas que culminaram com a perda da hegemonia da Igreja Católica e a ascensão do sistema capitalista e suas consequências sociais que nos levam a entender o surgimento de novos problemas que impulsionaram novas reflexões sobre a sociedade (como o marxismo neste caso) e a resposta da Igreja para estes problemas; assim como nos interessa observar o contexto histórico social do Brasil dos fins do século XIX até a década de 1940 o que pode nos possibilitar a compreensão das dinâmicas do campo educacional do país e suas condicionantes na situação política e econômica com o declínio da primeira república e a Revolução de 1930 que reestrutura as elites nacionais e os projetos desta classe para o país.

Outros dois elementos externos importantes para a nossa análise são as biografias dos autores e as editoras nas quais publicaram suas obras. O primeiro elemento pode nos possibilitar compreender justamente a posse dos capitais cultural e econômico destes autores, partindo da origem familiar, suas formações e produção acadêmica, a trajetória de atuação profissional, etc; já no que diz respeito ao segundo elemento, investigar as editoras pode acrescentar nossas informações sobre o alcance destas obras, se estas editoras são vinculadas ou têm origens católicas, assim como podemos entender o interesse editorial por estas obras.

Pensando nos elementos internos do manual, voltaremos nossa atenção para os seguintes: capa e orelha do livro (buscando identificar algum indicativo de filiação católica, imagético e textual); Contracapa (para verificar se a obra possui selos de aprovação da Igreja Católica, os chamados Nihil Obstat e Imprimatur); prefácio (este elemento pode nos indicar a rede de relações e o prestígio do autor, tendo em vista quem redigiu a seção); Sumário (que nos permitirá fazer um primeiro levantamento sobre a presença e a localização do marxismo nos manuais); Seções de conteúdo (por meio de uma leitura flutuante nos permitirá localizar os conteúdos que versam sobre o marxismo).

Feitas tais considerações sobre o substrato teórico que norteia esta pesquisa e os procedimentos metodológicos empreendidos, podemos agora nos deter sobre o recorte da nossa fonte de dados: os manuais de Sociologia. A escolha destes autores e seus manuais tiveram como base trabalhos anteriores como a dissertação de mestrado de Marcelo Cigales intitulada *A sociologia educacional no Brasil (1946-1971): análise de uma instituição de ensino católica* (2014) e sua tese de doutorado *A sociologia católica no Brasil (1920-1940): análise sobre os manuais escolares* (2019). Os manuais aqui analisados estiveram presentes no corpus de pesquisa de ambos os trabalhos supracitados desenvolvidos por Cigales, de modo que buscamos levar em consideração os critérios que o mesmo estabeleceu para definir o seu

recorte.

Observando melhor estes critérios que buscam incluir tais autores na perspectiva católica, nos aproveitamos dos seguintes: a) O nome do autor de modo que remeta a filiação ao clero (Padre, Monsenhor, Madre); b) o título do manual, e se continha algum indicativo católico; c) Se a editora tinha alguma ligação com os projetos da Igreja Católica.

Além destes critérios, é importante salientar que em levantamentos preliminares foram averiguadas informações no trabalho de Meucci (2000) que foram importantes para enquadrar de fato o autor Amaral Fontoura como um intelectual católico já que devido às especificidades em suas obras (como a tentativa de conciliar ideias da pesquisa social laica com os princípios católicos, a busca por uma ‘imparcialidade’ na exposição de outras correntes sociológicas, o diálogo com as ideias de Fernando de Azevedo) surgiram dúvidas sobre sua inclusão neste recorte. Entretanto, apesar dessas diferenciações em relação aos outros autores, Fontoura possuiu participação ativa em instituições de ensino confessionais e apresenta ideias que remetem ao reconhecimento da Igreja e dos princípios cristãos como elemento crucial da organização social, chegando a colocar que a escola, a família e o estado deveriam seguir os dogmas católicos (Meucci, 2000).

Um último critério de seleção dos manuais foi a verificação do marxismo em seus conteúdos, já que a presença desta teoria nos manuais é a nossa unidade de análise. Feitos esses esclarecimentos sobre a seleção dos manuais, chegou-se ao seguinte recorte:

Quadro 01. Manuais de Sociologia Católica que compõem o corpus de pesquisa.

Manual	Autor	Editora	Ano
Preparação à sociologia	Tristão de Athayde (Alceu Amoroso Lima)	Getulio Costa	1931 2ª ed. (1942)*
Noções de sociologia	Madre Francisca Peeters	Melhoramentos	1935 2ª ed. (1938)*
Sociologia Cristã	Padre Guilherme Boing	Vozes	1938 (Vol.1)
Programa de Sociologia	Amaral Fontoura	Globo	1940

Fonte: Elaboração própria. (*) Edição analisada.

2 - A IGREJA, A CIÊNCIA E O MARXISMO: RECONSTRUINDO OPOSIÇÕES

Antes de empreender a descrição e análise da presença dos conteúdos referentes à teoria marxiana nos manuais de Sociologia Católica, faz-se necessário situar esta discussão numa teia maior de relações que partem da própria relação entre a Igreja Católica e a produção científica, realizando uma contextualização histórica que inicia-se no surgimento da ciência moderna em contraposição à hegemonia das ideias do Clero, bem como a ascensão do marxismo e sua propagação, recaindo finalmente na laicização da educação no Brasil como meio de modernização do país e a reação católica a esse movimento na primeira metade do século XX.

Tal esforço tem como objetivo, para além de situar o problema desta pesquisa, demonstrar que a construção das ideias e as disputas ideológicas são também frutos de relações de poder e expressam dinâmicas sociais de seu tempo. Sendo assim, esta seção será subdividido nos seguintes tópicos: 1) Hegemonia eclesiástica em risco: o surgimento da ciência moderna; 2) Marxismo e Igreja Católica: embates pela questão social; 3) A laicização da educação no Brasil e a contraproposta católica. Assim, torna-se possível costurar toda essa contextualização e situar a problemática desta pesquisa.

2.1. Hegemonia eclesiástica em risco: o surgimento da ciência moderna

A Igreja Católica estabeleceu-se como a mais poderosa força durante a Idade Média europeia permeando todos os níveis da sociedade do velho continente. Burke (2003, p. 95) expressa bem a força da igreja nesse período, descrevendo-a da seguinte forma: “[...] a igreja católica era uma instituição construída em escala mais grandiosa do que qualquer monarquia europeia, com o clero praticamente detendo o monopólio da alfabetização”. Toda essa força clerical no medievo torna-se ainda mais notável pelo fato da Igreja ter sido a maior proprietária de terras. Leo Huberman, em sua obra *História da riqueza do homem*, chega a sinalizar que tal instituição possuía entre um terço e metade de todas as terras da Europa ocidental e esse domínio estendeu-se também para o campo das ideias como destaca o supracitado autor: “Nos primórdios do feudalismo, a Igreja foi um elemento dinâmico e progressista. Preservou muito da cultura do Império Romano. Incentivou o ensino e fundou escolas” (HUBERMAN, 1981, p. 23).

É justamente esta hegemonia no campo das ideias exercida pela Igreja que interessa no âmbito desta pesquisa e para bem exemplificar esse fato as universidades medievais que

surtem a partir do século XI na Europa se enquadram nesse incentivo ao ensino, o qual se refere Leo Huberman no parágrafo anterior, sendo que, em 1400, a maioria destas instituições tinham sido fundadas pela Igreja como nos informa Eurípedes Simões de Paula:

E para mostrar até que ponto a Universidade medieval é obra da Igreja basta o seguinte: até o ano de 1400, das 44 universidades existentes, 31 foram fundadas pela Igreja mediante bulas, principalmente depois que os dominicanos e os franciscanos se lançaram às cátedras e ao ensino. (PAULA, 1957, p. 06).

Desse período de pleno domínio católico na produção de conhecimento destaca-se dois grandes filósofos: Santo Agostinho e São Tomás de Aquino, estes dois autores, sacerdotes da Igreja, tiveram grande contribuição para formação do pensamento filosófico ocidental, ambos trataram da questão da razão e da fé, sendo que o primeiro seguia uma linha de dualismos em que primeiro se crê e depois se explica, enquanto o segundo buscava conciliar razão e fé como ambas sendo dádivas do criador. Em suma, as universidades medievais e a influência da produção filosófica de Santo Agostinho e São Tomás de Aquino oferecem um retrato da supremacia católica nas ideias acadêmicas dominantes, garantida pela também supremacia da riqueza construída pela Igreja.

Entretanto, a partir do final do século XV, a hegemonia da Igreja Católica de Roma começa a ser abalada. O alvorecer da Idade moderna trouxe consigo importantes processos de mudanças sociais na Europa Ocidental, expressados na queda do modelo feudal e ascensão do capitalismo. A queda do feudalismo levou não só a mudanças na economia como também na política. As cidades independentes agora cedem lugar à ascensão do Estado monárquico absolutista, forte e centralizador que tinha apenas um rival à altura, a Igreja. Huberman (1981, p. 87) descreve esse inevitável confronto: “Os reis necessitavam de dinheiro, parecia-lhes que a fortuna da Igreja, já então enorme e aumentando sempre, devia ser taxada para ajudar a pagar as despesas da administração do Estado”.

Além do surgimento dos estados nacionais, a Reforma Protestante colocou em xeque o próprio poder teológico da Igreja Católica, com o *ethos* protestante se adequando melhor ao novo modo de produção capitalista florescente na Europa Ocidental, o qual foi estudado por Max Weber em sua obra *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. O processo de separação entre ciência (produção de conhecimento) e o catolicismo que se inicia no século XV, passando pela era do Renascimento, efetiva-se com o movimento Iluminista:

[...] no século XVIII, floresceu um movimento filosófico chamado de Iluminismo, que buscava a separação entre ciência e religião. Esse movimento intelectual tinha como fundamentos a crença inabalável na razão e a ideia de que o progresso humano poderia ser ilimitado, desde que o

mesmo, se libertasse das tolices, ignorância, superstições e o misticismo. (GASPARINI, 2011, p. 04.)

O Iluminismo vai se alinhar com o sistema capitalista que necessita do conhecimento técnico científico e, para isso, um corpo de especialistas é necessário para fazer funcionar o novo modo de produção, escancarando o embate entre a velha ordem baseada na fé e a nova ordem ancorada na razão e na ciência, consolidando a separação entre ciência e religião como coloca Gasparini (2011, p. 07): “O divórcio entre a ciência e a religião vai surgir no momento em que surge uma nova ordem na sociedade, uma ordem burguesa e capitalista que precisa da liberdade [...]”.

Essa ruptura vai se estender também para a formação dos indivíduos, com o processo de laicização da sociedade e do redimensionamento do indivíduo como centro, vai prevalecer os ideais de liberdade e autonomia, desvinculando-se da concepção de mundo dominada pelo modelo religioso, o que se expressa também no papel da educação. Busca-se agora formar indivíduos autônomos que sejam socialmente produtivos. É uma emancipação da intelectualidade, como pode-se perceber na argumentação de Franco Cambi, em sua obra *História da Pedagogia*:

Emancipa-se dos modelos religioso-autoritários do passado, visa à formação de um homem como cidadão e capaz de ser *faber fortunae suae*, que não atribui a outros (a castas sacerdotais, a ordens sociais) o papel de guia de sua formação, mas o reivindica para si próprio, sublinhando a liberdade desse processo e pondo nela o seu valor final e supremo. Nem livros (a Bíblia), nem figuras (o Pai, o Padre, o Rei), nem saberes (a teologia, a metafísica) são mais os diretores dogmáticos dos processos de formação: estes pertencem ao indivíduo, a um indivíduo ativo na sociedade, mas dinamicamente ativo e tendente a alcançar para si próprio sempre maior autonomia. (CAMBI, 1999, p. 326).

Diante do exposto, o presente tópico buscou sistematizar todo o movimento que vai da hegemonia das ideias católicas até a ascensão e consolidação das ideias Iluministas em que se deriva a ciência moderna. A contextualização histórica, aqui realizada, explicita o tecido de relações socioeconômicas que servem de lastro para os embates ideológicos. A profunda mudança social que a Europa Ocidental sofreu com a transição do modelo feudal para o capitalismo trouxe consequências impactantes em toda estrutura social, inclusive nas ideias dominantes em que o intelecto clerical cederá sua hegemonia para o pensamento burguês.

Tendo costurado todo esse processo, torna-se possível avançar para o próximo tópico em que será discutida outra oposição importante para a presente pesquisa: o marxismo versus a Igreja Católica.

2.2. Marxismo e Igreja Católica: embates pela questão social

Se no tópico anterior foi realizada uma contextualização histórica do embate entre a Igreja Católica e a nascente ciência moderna, neste momento interessa situar o surgimento do Marxismo e a recepção do mesmo pela Igreja, bem como os principais pontos de disputa ideológica entre a vertente de pensamento originária das produções de Karl Marx e a doutrina social e religiosa do catolicismo. Para cumprir o objetivo deste tópico, começaremos por uma breve exposição sobre o contexto sócio-histórico em que Marx desenvolveu suas ideias, seguido da situação da Igreja pós-século XVIII, tendo em vista a perda de sua hegemonia e, por fim, uma confrontação maior sobre a perspectiva de ambas as vertentes sobre as mazelas da sociedade moderna.

Como exposto anteriormente, a sociedade européia passou por profundas transformações decorrentes da transição do feudalismo para o capitalismo. O fim do século XVIII marca a derrocada final do feudalismo com a Revolução Francesa, sendo esta vitória de uma nova classe, a burguesia, que buscava o livre comércio para obtenção do lucro e, para isso, necessitava superar as amarras das ainda dominantes classes, como o Clero e a Nobreza, que ainda mantinha forte controle sobre a organização social. Leo Huberman sintetiza bem as iniciativas revolucionárias da burguesia que transformaram a ordem social da Europa:

O ano de 1789 bem pode ser considerado como o fim da Idade Média, pois foi nele que a Revolução Francesa deu o golpe mortal no feudalismo. Dentro da estrutura da sociedade feudal de sacerdotes, guerreiros e trabalhadores, surgia um grupo da classe média [...]. No fim do século XVIII era pelo menos bastante forte para destruir a velha ordem feudal. Em lugar do feudalismo, um sistema social diferente, baseado na livre troca de mercadorias com o objetivo primordial de obter lucro, foi introduzido pela burguesia. (HUBERMAN, 1981, p. 164).

E tais mudanças oriundas dessa nova ordem social vão se materializar também por meio da evolução tecnológica, ligada ao desenvolvimento da ciência, que vai transformar as relações de produção, tendo como principais inovações o surgimento da máquina a vapor, o uso do carvão como energia, a substituição da manufatura pela indústria (maquinaria), o desenvolvimento das locomotivas e do telégrafo. Sendo assim, produziram-se novas relações de produção e de consumo, bem como novas relações de trabalho, com o surgimento do operariado, formado pelos despossados da terra que agora precisam trabalhar nas grandes fábricas. Dessa forma, o desenvolvimento da ciência junto ao capitalismo irão revolucionar as condições de existências de toda uma massa de indivíduos.

É nesse mundo de tantas transformações e marcado por contradições latentes que emergiu Karl Marx. Esse pensador nasceu em 1818, na cidade de Trier, na Prússia Renana, uma região da atual Alemanha. Ele vai analisar a anatomia do Capital e toda a estrutura do modo de produção capitalista, assim como realizar uma minuciosa análise das mazelas as quais as massas de indivíduos estão submetidas nessas estruturas. Voltaremos a esse tema mais adiante, agora cabe realizar uma breve apresentação da situação a qual a Igreja Católica se encontrava no século XIX, pós Revolução Francesa.

Os eventos, até aqui percorridos, terminaram por desvincular as instituições de governo (o Estado), bem como várias esferas da vida social, da influência direta da Igreja Católica, a qual perdeu seu poder de reger a vida privada e cotidiana. Esse seria o processo de secularização da sociedade, como bem descreve Carlos:

A título de síntese, poderíamos dizer que, por secularização entendemos o processo pelo qual setores da sociedade e da cultura são subtraídos à dominação das instituições e símbolos religiosos. Na história ocidental moderna, a secularização manifesta-se na retirada das igrejas cristãs de áreas que antes estavam sob seu controle ou influência; separação da Igreja e do Estado, expropriação das terras da Igreja, ou emancipação da educação do poder eclesiástico, por exemplo. (CARLOS, 2019, p. 119)

Essa separação entre Igreja e Estado implica na laicidade, o que é uma característica do Estado-nação inspirado nos ideais liberais com a Revolução Francesa, o que leva a exclusão da religião na esfera pública e uma imparcialidade do Estado para com as demais religiões para além do cristianismo. Apesar destes processos não serem unívocos e que não ocorreram da mesma forma nos países europeus e americanos, é certo que no século XIX a secularização e laicização da esfera pública estatal foi uma tendência, inclusive o Brasil tem suas especificidades nesse processo, o que será trabalhado mais adiante.

Mediante esse cenário amplamente desfavorável, a Igreja Católica teve que elaborar soluções para manter-se com a influência que conquistou ao longo de séculos. Nesse contexto, o que é preciso ressaltar é que, apesar dos seus reveses, o credo católico ainda era praticado por muitos, ou seja, a religiosidade não passava por descrédito popular. Na França, a Igreja foi proibida de administrar institutos educacionais apenas em 1905, conforme coloca Pires (2015).

Dessa forma, a Igreja buscou reformular-se para manter sua força e esses esforços se concentraram em uma guinada para a centralização na figura do papado. Buscando firmar uma unidade, esse movimento será expresso pela emissão de documentos oficiais produzidos pelos sumos sacerdotes no século XIX que forneciam o posicionamento e diretriz da Igreja

frente ao novo mundo, estes documentos foram as encíclicas¹. Ainda segundo Pires (2015, p. 31), a autoridade eclesiástica tomou como foco retomar o seu predomínio no campo educacional que fora abarcado pelo processo de secularização: “Ao olhar para a educação laica e percebê-la como algo fora do controle do catolicismo, Pio IX expunha a necessidade de intervenção institucional em algo tão caro historicamente à igreja”.

Tendo realizado sinteticamente uma contextualização do mundo em que Marx viveu e da situação que se encontrava a Igreja no século XIX, pode-se perceber que os processos sociais, em curso na Europa neste momento, tiveram importante influência tanto na obra do autor alemão quanto na manutenção da instituição clerical. A queda do *Ancien Régime* com a vitória da revolução burguesa, que levou a secularização e ao avanço da industrialização, funda uma nova ordem social, cujas consequências serão alvos da atenção do Clero e também de Karl Marx, sobretudo no debate sobre a *Questão Social*. Vejamos agora em confronto essas duas perspectivas.

A expressão *Questão Social*, segundo Castelo (2010), emerge no século XIX no cenário europeu mediante a reação dos trabalhadores assalariados às péssimas condições de existência nas quais se encontravam dentro da estrutura capitalista com a industrialização. Eles estavam sujeitos a verdadeiras mazelas, tais como a fome, o precário espaço urbano, as péssimas condições de habitação, o pauperismo, dentre tantas outras privações. Desta forma, o termo foi utilizado para referir-se a essas condições. A expressão começa a ser integrada no discurso das classes dominantes a partir do levante revolucionário que se estendeu pela Europa, denominado Primavera dos Povos em 1848². Buscando mascarar a real condição dos fatos, os intelectuais burgueses primaram por dar-lhe um sentido neutro, impondo um caráter a-histórico e despolitizado às desigualdades sociais.

Marx vai lançar as bases da sua explicação científica sobre o pauperismo da classe trabalhadora em sua obra *O Capital* (Volume 1). Já no capítulo “A assim chamada acumulação primitiva”, o autor expõe o processo de expropriação da terra dos camponeses para concentração fundiária nas mãos de poucos proprietários durante a transição do feudalismo para o capitalismo. Dessa forma, ocorre a separação entre o trabalhador e os meios de produção, sendo que agora estes sem a terra têm apenas a sua força de trabalho para vender

¹ Cartas papais dirigidas para toda comunidade católica, tanto para a hierarquia quanto aos leigos, versando não somente sobre temáticas religiosas, mas também sobre os mais variados assuntos.

² Conjunto de revoluções que se espalharam pela Europa ocidental e central começando pela França em 1848, tendo como principais causas profundas crises financeiras e más condições de vida das classes trabalhadoras e a falta de representação política das classes médias. As revoltas foram sufocadas em menos de um ano, porém, demonstraram a força da mobilização do proletariado fabril e do campesinato.

como mercadoria e ficando totalmente dependentes dos ditames dos possuidores dos meios de produção. Para além desse processo de concentração dos meios de produção nas mãos de poucos, o trabalho, no sistema capitalista, estaria pautado na exploração dos indivíduos já no estágio de produção das mercadorias, uma vez que o processo de trabalho seria constituído de dois períodos: no primeiro, o trabalhador produz o valor da sua força de trabalho (meios necessários para sua subsistência); já no segundo período, o trabalhador faz dispêndio de sua força de trabalho, porém, não gera valor para si, mas sim para o capitalista, o que Marx chama de Mais-valor ou Mais-valia.

O pauperismo da população dentro desse sistema produtivo é um dos fenômenos que define a própria Questão Social e Karl Marx o investiga partindo do estudo da *Lei Geral da Acumulação Capitalista*³. Expondo uma anatomia do capital, Marx coloca que este é formado por duas partes: *capital constante* (meios de produção) e *capital variável* (força viva de trabalho, custo de remuneração dos trabalhadores). Uma vez que o capital necessita de acumulação constante, existe uma tendência de se investir cada vez mais na ampliação do capital constante (inovação técnica das maquinarias) para ampliar a produção de mercadorias, o que leva a uma necessidade de ampliação também de mais-valia, o que conseqüentemente requer uma maior exploração dos trabalhadores.

Tal dinâmica implica diretamente na absorção dos indivíduos pelo mercado de trabalho. Sendo cada vez menor o investimento no capital variável, a indústria buscará manter o quadro de funcionários estagnado ou absorver pequenas parcelas de novos trabalhadores por conta de investimentos em outros setores. Dessa forma, cria-se um *exército industrial de reserva*, massas de indivíduos desempregados que servem de recurso humano disponível para qualquer necessidade do capital e exercerão uma pressão sobre os trabalhadores ativos, já que estes se submeterão a condições cada vez mais precárias para manterem-se empregados, uma vez que a demanda por mão de obra é menor que a oferta. Essa super população desempregada termina sendo submetida a uma situação de *pauperismo*, a qual Marx (2017, p. 728) descreve como “[...] a parcela da classe trabalhadora que perdeu sua condição de existência – a venda da força de trabalho – e que vegeta graças a esmolas públicas”. Sendo assim, acumulação de riqueza num polo significa ao mesmo tempo a degradação e miséria no polo oposto.

Em suma, Marx compreendia as desigualdades sociais como fruto das relações econômicas na sociedade capitalista, entendendo que a história das sociedades é a história da

³ Para os fins desta seção, que tem como pretensão apenas realizar uma breve contextualização, não cabe uma revisão minuciosa deste aparato conceitual marxiano. Por isso, optamos por uma breve síntese dessa noção.

luta de classes (MARX; ENGELS, 1998) e que assim como a revolução burguesa venceu o feudalismo, a vitória da classe operária sobre o capitalismo também seria inevitável, emergindo em seu lugar uma sociedade na qual o Estado e as classes sociais seriam superados.

Realizado esse breve quadro do pensamento marxiano em relação à questão *social*, cabe-nos agora apresentar uma síntese sobre a doutrina social da Igreja que advinha da preocupação do clero com a pobreza dos trabalhadores e a influência dos ideais comunistas, conforme nos indica Zachariadhes (2009). Como dito anteriormente, no século XIX, a Igreja Católica produziu cartas encíclicas que faziam parte de uma postura de reorganização da instituição na figura do papa e expressando sua doutrina social oficialmente, em 1891, na encíclica *Rerum Novarum*, produzida pelo Papa Leão XIII, buscando “[...] vir em auxílio dos homens das classes inferiores, atendendo a que eles estão, pela maior parte, numa situação de infortúnio e de miséria imerecida” (LEÃO XIII, 1891, p. 02), o bispo de Roma ainda atribui como causa dos problemas a ambição dos patrões: “A usura voraz veio agravar ainda mais o mal [...] praticada sob outra forma por homens ávidos de ganância, e de insaciável ambição (p. 02).”

Buscando caracterizar o pensamento social católico, Zachariadhes (2009, p. 111) descreve tal doutrina como “[...] assistencialista, paternalista e propunha como solução para os problemas socioeconômicos, uma conciliação entre as classes”. Uma solução pautada na conciliação está de acordo com o entendimento da desigualdade entre os homens como algo natural, já que “o homem deve aceitar com paciência a sua condição: é impossível que na sociedade civil todos sejam elevados ao mesmo nível”(LEÃO XIII, 1891, p. 07), bem como esta desigualdade tinha um sentido positivo para o funcionamento da ordem social:

Esta desigualdade, por outro lado, reverte em proveito de todos, tanto da sociedade como dos indivíduos; porque a vida social requer um organismo muito variado e funções muito diversas, e o que leva precisamente os homens a partilharem estas funções é, principalmente, a diferença das suas respectivas condições. (LEÃO XIII, 1891, p. 07).

Tendo expressado sua doutrina social, a Igreja vai dedicar certo esforço contra o marxismo em 1937, com a publicação da carta encíclica *Divinis Redemptoris*, por meio da qual o Papa Pio XI busca demonstrar o perigo do avanço do comunismo bolchevista, suas bases teóricas e suas consequências em um mundo que acabara de presenciar a vitória dos revolucionários russos e a formação da União Soviética. O conceito de luta de classes é repudiado neste documento tendo sido caracterizada por Pio XI (1937, p. 04) como “[...] tão cheia, infelizmente, de ódios e de ruínas”. Fica evidente que a concepção da luta entre as

classes sociais é inconcebível para o pensamento católico, uma vez que sua concepção de sociedade estava pautada na harmonia entre as várias partes que compõem o todo, a luta de classes só poderia ser percebida como conflito e pura violência entre os filhos de Deus, sendo o oposto do amor cristão como destaca Zachariadhes (2009).

2.3. A laicização da educação no Brasil e a contraproposta católica

Ao longo desta seção, demonstrou-se o processo gradual de separação entre a Igreja e o Estado que teve como marco fatal a vitória das ideias liberais da Revolução Francesa e a consequente secularização e laicização do ente estatal. Entretanto, tal exposição remetia ao contexto europeu, restando-nos agora tratar deste fenômeno no Brasil. A Igreja Católica marca sua presença no território brasileiro desde a chegada dos colonizadores portugueses, sobretudo a Companhia de Jesus⁴ (mais conhecidos como Jesuítas), que desembarca na colônia com autorização da coroa portuguesa, tendo a missão de catequizar a população indígena. Para tal objetivo, os missionários construíram colégios e seminários estendendo-se pelo território, o que leva a Saviani (2013, p. 26) colocar que “[...] a história da educação brasileira se inicia em 1549 com a chegada desse primeiro grupo de jesuítas” (p. 26), demonstrando a gênese da hegemonia clerical sobre a educação no país.

Durante o Brasil colônia, o clero obteve grande influência sobre a educação, a saúde e o registro civil dos indivíduos. Em contrapartida, tanto o estado colonial quanto o Império mantinham influência sobre a Igreja, sobretudo no regime monárquico implantado após a independência em que se instituiu o regime do *Padroado*⁵, no qual tanto D. Pedro I quanto D. Pedro II obtinham poder de administradores civis da Igreja em território brasileiro, poder outorgado por bulas papais bem como o estabelecimento do catolicismo como a religião oficial do país. Logo percebe-se que no Brasil, independente durante o século XIX, o Estado e a Igreja encontravam-se em comunhão, conservando benefícios para o clero na medida em que este estava sob a órbita do poder estatal.

Apesar de manter uma posição privilegiada ao longo do século XIX no país, a Igreja passa a ter sua hegemonia no campo das ideias afetada pelo liberalismo que começou a ser introduzido no Brasil logo após a independência e adotado pelas elites letradas do país. Já nas

⁴ Ordem religiosa fundada em 1534 por um grupo de estudantes da Universidade de Paris liderados pelo espanhol Inácio de Loyola, tendo obtido aval da Igreja concedido pelo Papa Paulo III em 1540.

⁵ Padroado consistiu em um regime de poder outorgado pela Igreja Romana a um administrador civil para cuidar dos assuntos religiosos tendo em vista os esforços deste em difundir e manter a fé católica.

últimas décadas do Império, o avanço das ideias laicas abalou as relações entre o Estado e a Igreja tendo como expressão a *Questão Religiosa*⁶ (SAVIANI, 2013).

Com o estabelecimento da República em 1889, consoma-se a separação entre Igreja e Estado no Brasil, consolidando-se os ideais de estado laico e secularizado, o que reverbera em várias dimensões da sociedade, sobretudo em um campo muito caro para o clero: a educação. No processo de modernização do país no início do século XX, ganha espaço a ideia liberal de extensão universal da educação como meio de transformação dos indivíduos em cidadãos esclarecidos e que possam participar politicamente, assim como a exclusão do ensino religioso da escola (SAVIANI, 2013). Dessa forma, a educação passa a ser encarada por uma burocracia laica desvinculada dos ideais católicos. Nesse novo cenário republicano, durante os idos da década de 1920, duas correntes educacionais vão se mobilizar para uma disputa pela hegemonia das ideias pedagógicas: os católicos conservadores, que buscam uma reação para o novo cenário social, e os Escolanovistas, herdeiros das ideias liberais laicas.

A *Escola Nova* foi um movimento de renovação pedagógica oriundo da Europa e EUA em meados do século XIX. Em reação ao ensino tradicional, os escolanovistas direcionam a educação para

[...] formação do cidadão em uma sociedade democrática e plural – que estimulava o processo de socialização da criança —, havia o empenho em desenvolver a individualidade, a autonomia, o que só seria possível em uma escola não autoritária que permitisse ao educando aprender por si mesmo, e aprender fazendo. (ARANHA, 2006, p. 280).

No Brasil, as ideias da renovação foram difundidas e desenvolvidas por um grupo de intelectuais que obtiveram posições na burocracia educacional pública, como Lourenço Filho (base psicológica do movimento renovador), Fernando de Azevedo (bases sociológicas) e Anísio Teixeira (bases filosóficas e políticas da renovação) (SAVIANI, 2013). Esses intelectuais que produziram vasta obra sobre a educação no Brasil foram os pioneiros do movimento de renovação e impulsionaram o mesmo com o *Manifesto dos pioneiros da Escola Nova*, de 1932. Nesse documento os autores tratam do problema da educação, uma vez que esta seria indispensável para o desenvolvimento das forças produtivas do país e que um dos males da recente república era o fato da dissociação entre as reformas econômicas e

⁶ A Questão Religiosa foi um conflito entre a Igreja Católica no Brasil e o Imperador D. Pedro II oriundo de uma bula papal que recomendava a expulsão de membros da igreja que fizessem parte da maçonaria, o Imperador não acata a recomendação do clero romano e valendo-se do sistema de padroado destitui de poder a diretoria da Santa Sé e não permite a exclusão dos maçons da Igreja. Alguns bispos como os do Pará (Dom Macedo Costa) e de Olinda (Dom Vital) seguem a ordem papal e excomungam os maçons, o que levou à prisão de ambos.

educacionais, propondo que a educação deve ser essencialmente pública, laica, gratuita e obrigatória.

A Igreja católica, desde a proclamação da república, vai organizar formas de reação à laicização, sobretudo após a publicação do Manifesto dos escolanovistas, que marca o rompimento entre os renovadores e os católicos, levando estes últimos a abandonarem a Associação Brasileira de Educação. Saviani (2013) vai intitular esse movimento como “Resistência ativa” por possuir duas características: a) manifestação expressa em forma de organizações coletivas; b) formulação de alternativas para as medidas em vigor. O clero passou a investir na aglutinação de intelectuais leigos para difundir o pensamento católico que pudesse fazer frente no debate público aos intelectuais liberais. Trata-se da criação de uma elite intelectual da restauração católica que levará a criação de instituições coletivas, tais como o Centro Dom Vital (1922), a Revista *A Ordem* (1921), a Ação Católica Brasileira (1922) e a Associação de Professores Católicos (1928). A intelectualidade católica terá como expoente Alceu Amoroso Lima.

Neste contexto de disputa entre os liberais escolanovistas e católicos conservadores, a Sociologia enquanto disciplina escolar também vai sofrer reverberações desse embate. A disciplina foi citada desde os pareceres de Rui Barbosa de 1882 e 1883 e da Reforma Benjamin Constant de 1890, tendo umas das primeiras experiências de inclusão no currículo (verificadas até o momento) desde 1890 no estado do Amazonas, sendo lecionada no Instituto Normal Superior, no Gymnasio Amazonense e na Escola Normal, como informa o recente trabalho de Bodart e Cigales (2021). O processo de institucionalização da disciplina no país tem como marco as Reformas Rocha Vaz, de 1925, e Francisco Campos, de 1931, mantendo a sociologia no currículo entre 1925 e 1942 (SILVA, 2010). Ou seja, o mesmo período em que se dá os movimentos renovadores e de reação católica.

É interessante pensar que a Sociologia aparece como parte de um processo de modernização do país (SARANDY, 2007), assim como a presença da disciplina garantiria uma maior cientificidade do currículo, concepção que tanto os escolanovistas quanto os católicos compartilhavam. Como nos indica Oliveira (2013, p. 182): “Nesse cenário, no qual a Sociologia é percebida como um importante instrumento de ‘cientificização’ dos currículos escolares, ela é apropriada não apenas pelos intelectuais liberais ligados à Escola Nova, mas também gradativamente por aqueles pensadores católicos”. Um dos principais representantes do movimento dos renovadores, Fernando de Azevedo já percebia o potencial da Sociologia,

tendo introduzido a disciplina no currículo da Escola Normal do Distrito Federal⁷ em 1928 (SAVIANI, 2013). Além disso, possui uma produção de manuais de Sociologia relevantes, tais como *Princípios de Sociologia* (1935) e *Sociologia Educacional* (1940). Nos idos do processo de reação católica, a Sociologia escolar também vai ser um veículo de expressão do ideário católico. Essa vertente será intitulada como *Sociologia Católica*, a qual será melhor explorada a seguir.

A proposta de uma Sociologia Cristã está vinculada aos interesses da Igreja Católica em fazer prevalecer seus princípios para a vida social. Dessa forma, fazia-se necessário que a disciplina de Sociologia escolar estivesse também ancorada no seu projeto de sociedade. Essa vertente vai ser difundida por meio da produção de manuais escolares da disciplina, escritos por intelectuais leigos ou vinculados ao sacerdócio. Intelectuais como Alceu Amoroso Lima, Amaral Fontoura, Raymond Murray, Francisca Peeters, Guilherme Boing, produziram obras educacionais que buscavam expressar uma perspectiva sociológica de viés cristão. Cigales e Oliveira (2021) fazem uma síntese das características da Sociologia Católica construída por esses agentes:

[...] podemos caracterizar a sociologia católica formulada por esses autores como uma sociologia que detinha uma verdade baseada na ideia de uma lei natural que regia as instituições e a moral humana, e que se confronta constantemente com as transformações no nível econômico, político e cultural. Buscar explicações fora da concepção católica da vida social era ignorar a existência do plano divino, sobrenatural e natural da vida social. (CIGALES; OLIVEIRA, 2021, p. 170).

Dessa forma, a Sociologia seria uma ciência especulativa e normativa que buscava encontrar as leis sociais, mas que pretende também agir sobre elas (CIGALES, 2019), tendo em vista o fato de que essa perspectiva seria a mais acurada, uma vez que compreende o homem em sua forma integral, ao considerar a espiritualidade e a existência do Criador como um fato. Dentre as preocupações que a Sociologia Católica se propôs a abarcar, o que interessa no âmbito desta pesquisa é a sua relação com a teoria marxiana e a forma como esses conteúdos eram trabalhados nos manuais produzidos pelos intelectuais católicos. Em sua tese de doutorado, Cigales percebe nos manuais a postura combativa desses autores para com a teoria marxiana:

[...] podemos evidenciar que os autores católicos estavam interessados em afirmar a posição da Igreja Católica sobre o mundo social e ao mesmo tempo descrever e criticar as teorias sociais que fossem contrárias aos seus dogmas. Igualmente poderíamos dizer que se trata de uma reação católica as teorias sociais de Marx sobre a economia e a forma de organização social que vislumbrasse um mundo sem classes sociais e sem a necessidade de

⁷ Na época, a cidade do Rio de Janeiro.

instituições que regulassem a organização da vida social. (CIGALES, 2019, p. 252).

Durante esta seção, buscou-se demonstrar uma rede de oposições entre a Igreja e a Ciência, a posição do clero e o Marxismo, fechando esse ciclo com a perda da hegemonia eclesiástica no Brasil e suas reações diante das novas tendências laicas. É nessa trama de relações sociais complexas que o problema desta pesquisa se situa. Vê-se aí em um processo gradual que termina por reverberar suas consequências no ensino de Sociologia no Brasil. Já tendo Cigales (2019) sinalizado para esse comportamento de oposição da Sociologia Católica em relação ao Marxismo, objetiva-se desenrolar, de maneira mais aprofundada, esse comportamento, uma vez traçada a teia de oposições ao longo da história que desemboca na reação católica ao marxismo por meio da sociologia. Na próxima seção, deteremos-nos mais especificamente nos manuais que constituem o *corpus* desta pesquisa.

3 - O MANUAL COMO OBJETO DE ANÁLISE: UMA VISÃO GERAL DAS OBRAS

Se a seção anterior tinha como por objetivo contextualizar o problema desta pesquisa, neste momento as atenções voltam-se para o objeto de estudo aqui escolhido: os manuais de Sociologia escolar que propunham uma perspectiva católica da disciplina. Para satisfazer tal objetivo, esta seção será estruturada da seguinte forma: primeiramente, será realizada uma discussão sobre a noção de manual escolar e suas potencialidades enquanto objeto de estudo; em seguida, o foco recairá sobre uma apresentação geral das obras, bem como sobre seus autores e as editoras nas quais estas foram publicadas.

3.1. As potencialidades do manual escolar como objeto de estudo sociológico

De forma crescente, o manual escolar tem sido utilizado como objeto de estudo histórico, educacional e sociológico. Apesar de não existir um consenso em sua definição, Cigales e Oliveira (2020) apontam que as diversas definições sobre o que seria um manual escolar têm algumas semelhanças:

[...] essa amplitude de conceitos possui características semelhantes, pois descreve o manual como: a) um conjunto de conteúdos respectivos de um campo de conhecimento; b) organizado por determinados agentes, portadores de determinadas visões e representações sobre o mundo social; c) materializado em papel, por meio de tecnologias de impressão; d) destinado ao ensino de uma disciplina/matéria. (CIGALES; OLIVEIRA, 2020, p. 04).

Esta crescente tomada do manual escolar como objeto de estudo indica o surgimento de um novo campo de pesquisa intitulado *Manualística*, termo cunhado por Escolano Benito (2017) que busca abarcar os trabalhos, produzidos a partir da última década do século XX, que tinham o manual escolar como fonte historiográfica. Para além disso, o termo também compreende

[...] a possibilidade de incorporar a perspectiva pragmática da pesquisa em torno do projeto, modos de produção, usos e incidência do livro escolar na educação formal, no contexto da sociedade de conhecimento, apresentada por aqueles anos de desafios derivados do giro digital, da globalização e das mudanças associadas ao interculturalismo (BENITO, 2017, p. 06).

Ainda em diálogo com Benito (2017), este coloca que o livro didático tem sido compreendido a partir de diferentes perspectivas dentro do campo da manualística, dentre as quais podemos destacar: 1) Como suporte do conhecimento que a escola tem transmitido em cada época histórica; 2) Como um espelho da sociedade que o produz e em que circula; 3) Um guia dos métodos e procedimentos com que os ensinamentos regulamentam e gestionam as

atividades das aulas; 4) Espaço de representação do sujeito implícito nos processos instrutivos; e 5) Como ícone textual geracional.

Nos últimos anos, algumas pesquisas sobre o ensino de Sociologia têm tomado o manual escolar como fonte de pesquisa, sobretudo nas pesquisas que tratam sobre a história da disciplina e o processo de sua institucionalização no Brasil. Aqui, podemos citar alguns trabalhos nesse sentido, tais como a tese de doutorado de Cigales (2019), que investiga a Sociologia Católica por meio de um conjunto de manuais produzidos por autores vinculados a essa vertente, o artigo de Bodart e Marchiori (2021), que explora o manual de sociologia de Elpídio Figueiredo, produzido em 1917, a dissertação de mestrado de Meucci (2000), que tem como foco o processo de institucionalização da Sociologia no Brasil a partir da produção e disseminação de manuais escolares da disciplina, e também o artigo de Bodart e Silva (2019), que utilizaram os manuais de Sociologia da década de 1930, observando as preocupações didáticas neles contidas.

Apesar destes esforços científicos, ainda é escassa a reflexão sobre os procedimentos metodológicos para a análise destes manuais. Porém, é interessante citar, nesse sentido, duas propostas metodológicas dentro do subcampo do ensino em Sociologia. A primeira foi produzida por Cigales e Oliveira (2019), os quais propõem uma metodologia de análise desses manuais escolares sob uma perspectiva relacional, a partir do referencial teórico fornecido pelo sociólogo Pierre Bourdieu. Os autores buscam superar uma certa dualidade verificada na abordagem desses manuais entre perspectivas de análise micro e macro: entender os manuais estritamente como produtos das estruturas sociais da época em que foram produzidos não seria satisfatório; entendê-los apenas em sua lógica interna e como produção autônoma também não alcançaria resultados integrais. Para superar essa dicotomia, os autores destacam três condições: a) os manuais respondem a exigências externas (macro); b) possuem uma lógica interna; e c) exigem uma pluralidade de métodos, sendo importante colocar que tanto a análise documental, quanto a análise de conteúdo por si só não seriam suficientes, sendo necessário conciliá-las a outras técnicas.

Em suma, a proposta metodológica de Cigales e Oliveira (2019) atenta-se tanto para a descrição do manual propriamente dito (formato, abordagens metodológicas, figuras, etc), quanto para os agentes que produzem essas obras, seus interesses e motivações diversas em contraste com os aspectos históricos, políticos, culturais e sociais da época, entendendo as disputas e jogos de poder envolvidos.

Já a segunda proposta é fornecida por Bodart e Pires (2021). Esses autores colocam que é necessário considerar duas dimensões analíticas no que diz respeito aos manuais: a

interna e a externa. Na primeira dimensão, o foco é para dentro do manual, atentando-se para os conteúdos teórico-conceituais e temáticos, os recursos didáticos, orientações didático-pedagógicas, discursos, estrutural editorial, etc. Esse caminho tem como potencialidade revelar o modo como está configurada a disciplina de Sociologia em nível escolar. Ainda no que tange aos aspectos internos, os autores salientam que é necessário observar o público-alvo e os níveis e modalidades educacionais aos quais se destina a disciplina, os objetivos educacionais, a avaliação das aprendizagens e os aspectos ideológicos.

Já no que diz respeito à dimensão externa, Bodart e Pires (2021, p. 116) sinalizam que se deve orientar o olhar para fora do manual, buscando apreender o contexto político, econômico, cultural, editorial, educacional, legislativo, etc., uma vez que estes “[...] dão sentido aos manuais escolares justamente porque determinam seus processos de produção, circulação e recepção”. Nessa direção, cabe observar alguns elementos do contexto externo, tais como as concepções educacionais em vigor, as políticas educacionais estabelecidas, as dinâmicas do mercado editorial, o contexto político-ideológico, o contexto político-econômico, as configurações do campo acadêmico/educacional e os contextos escolares.

Após esta breve síntese acerca desses dois percursos metodológicos percebe-se que ambos têm pontos congruentes, sobretudo no que diz respeito à necessidade de conciliar várias técnicas no trabalho analítico sobre os manuais escolares. Além disso, ambas salientam a importância de tomar essas obras em uma perspectiva que relacione as suas duas dimensões, externa (macro) e interna (micro). É certo que essas propostas não têm a pretensão de serem definitivas. Porém, no âmbito desta pesquisa, os princípios que norteiam esses percursos metodológicos serão aproveitados, seguindo a recomendação de Cigales e Oliveira (2019) quanto a pluralidade de técnicas para melhor explorar as potencialidades explicativas que os manuais escolares possuem.

Dito isso, o próximo item desta seção será dedicado a oferecer uma visão geral das obras que fazem parte do *corpus* desta pesquisa, explorando diversos elementos, tais como seus autores (suas filiações, posição que ocupavam na sociedade), as editoras onde foram publicadas, as indicações de público-alvo presente nos textos, aspectos teóricos-metodológicos assumidos, as motivações explícitas para produção dos manuais, os objetivos educacionais sinalizados, entre outros. Em suma, no tópico seguinte será

empreendida uma descrição geral dessas obras, destacando seus aspectos mais relevantes para análise que será feita na última seção deste trabalho.⁸

3.2. Um panorama geral das obras: autores, editoras e características

Como já antecipado no tópico anterior, neste momento os autores, as obras e as editoras serão examinadas de modo que se possa obter uma visualização mais abrangente desses manuais. Nesse sentido, focaremos desde as biografias dos autores (suas trajetórias, espaços que tinham acesso, formação, relação com a Sociologia), até a estrutura de suas obras, abordando aí a forma como definem a Sociologia, seus quadros de conteúdos e os elementos referentes às condições de produção dos mesmos.

3.2.1. Amaral Fontoura e o seu manual Programa de Sociologia

Alguns trabalhos anteriores (CIGALES, 2019; MEUCCI, 2000) já nos oferecem alguns dados biográficos e gerais sobre a atuação docente e produção intelectual de Afro Amaral Fontoura. Nascido em 1912, no Rio de Janeiro, filho de Joaquim do Amaral Fontoura e Branca do Amaral Fontoura (ambos de São Paulo), Afro Amaral Fontoura cresceu em uma família que detinha posição notável: seu avô paterno, Ubaldino do Amaral, foi um importante jurista e político, chegando a exercer o cargo de Senador pela província do Paraná, além de ter sido nomeado prefeito do Distrito Federal (na época, a cidade do Rio de Janeiro), em 1897, e Ministro do Supremo Tribunal Federal; já o seu avô materno, Azevedo Marques, foi um historiador e geógrafo paranaense que escreveu a obra *Apontamentos Históricos, Geográficos, Biográficos, Estatísticos e Noticiosos da Província de São Paulo: seguidos da cronologia dos acontecimentos mais notáveis desde a fundação da Capitania de São Vicente até o ano de 1876* (1879); seu pai foi diretor do Ministério da Fazenda e sua mãe fundou e dirigiu um colégio na capital paulista como consta no capítulo introdutório presente na obra *Filosofia da Educação* (1970) do próprio Amaral Fontoura.

No que diz respeito a sua formação, Amaral Fontoura realizou seus estudos secundários no Instituto Lafayette e no Colégio Andrews (FONTOURA, 1970). Seguiu para o Colégio Pedro II no Rio de Janeiro e formou-se em magistério. Entrou para o ensino superior

⁸ Importante salientar que, no que tange aos aspectos do contexto histórico (análise externa) da época em que estes manuais foram produzidos, a seção anterior tenta oferecer elementos para tal.

nos cursos de Direito na Universidade do Rio de Janeiro e na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (MEUCCI, 2000). Sua atuação profissional concentrou-se no exercício da docência. Exerceu seu magistério em Escolas Normais do Rio de Janeiro. No entanto, após suas formações de nível superior, passou a ministrar cursos na Faculdade Santa Úrsula, na Universidade Católica do Brasil e na Escola de Serviço Social da Associação de Educação Familiar e Social.

Na sua obra *Filosofia da Educação* (1970) é possível encontrar um “Curriculum Vitae do Prof. Amaral Fontoura”, no qual pode-se visualizar os cargos que o mesmo exerceu. Percebe-se, observando essa fonte, que o autor, para além da docência, teve atuação profícua na formação de outros professores e em outras experiências no campo da educação: atuou por 15 anos como professor dos Cursos de Aperfeiçoamento para professores do Estado do Rio; organizou dezenas de Seminários de Aperfeiçoamento para professores no Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Goiás; criou as “Escolas Típicas Rurais” fluminenses e diretor do Serviço de Educação Rural do Estado do Rio.

Percebe-se que Amaral Fontoura foi um indivíduo que teve significativa atuação no campo educacional, tanto na educação básica quanto no ensino superior, circulando entre o ensino público fluminense e em instituições de ensino superior privadas. É importante destacar sua relação com Alceu Amoroso Lima, um dos mais importantes agentes da iniciativa católica de construir uma classe intelectual vinculada aos ideais da igreja, do qual foi aluno e pediu para que fizesse o prefácio de sua obra *Programa de Sociologia*. Sua proximidade com Amoroso Lima é um dos indícios de sua filiação ao pensamento católico. Meucci (2000, p. 74) destaca seu convívio em meio a instituições educacionais cristãs: “A rigor, fora formado no interior deste complexo de ensino católico e dali passara a reproduzir o pensamento cristão. Formara-se na Faculdade Nacional de Filosofia no período em que a orientação católica era lá hegemônica”.

Tendo explorado estes elementos biográficos do autor, pensemos agora nas editoras as quais publicaram sua obra. Amaral Fontoura publicou uma série de livros na pequena Editora Aurora, localizada no Rio de Janeiro. Dentre essas obras, podemos destacar: *Fundamentos da Educação* (1949); *Sociologia Educacional* (1952); *Metodologia do ensino primário* (1955); *Psicologia Educacional* (1958); *Didática Geral* (1961); *Filosofia da Educação* (1969); *Princípios da Educação Moral e Cívica* (1970). Essa sequência de obras fez parte da coleção “A escola viva” e, quando vistas em conjunto, leva-nos a destacar dois pontos: 1) As obras educacionais do autor abarcam outras áreas do conhecimento para além da Sociologia como

Filosofia, Psicologia, Educação e Pedagogia; 2) A editora Aurora parecia ver como um bom investimento as produções voltadas para o ensino, o que resultou do “boom do livro didático” ocorrido nas décadas de 1930 e 1940 no Brasil e que levou essas pequenas editoras a buscarem seu lugar no mercado editorial produzindo obras didáticas, como indica Meucci (2000).

Mas outro fato interessante é que a obra *Programa de Sociologia* (1940) de Amaral Fontoura, que é objeto de análise da presente pesquisa, foi publicada pela Editora Globo (Porto Alegre - RS), uma editora com maior alcance e posição editorial que também buscou aproveitar-se do acalorado mercado de livros didáticos – esse gênero chegou a constituir 11% das publicações da editora no período entre 1938 e 1943 (PONTES, 1989). Torna-se necessário salientar que o interesse da Editora Globo no campo educacional se dá no contexto histórico da Revolução de 1930⁹ que termina por abrir novas perspectivas ao grupo, uma vez que em 1931 Francisco da Silva Campos lança a sua reforma da educação (Reforma Francisco Campos), buscando implementar um sistema de ensino nacional e uma maior ênfase nas ciências no que tange ao ensino secundário terminou por atrair a editora (HALLEWELL, 2005). É nessa teia de relações que poderíamos compreender a publicação da obra *Programa de Sociologia* pela editora porto-alegrense e que permite pensar que o autor não teve sua obra restrita a um círculo de pequenas editoras fluminenses.

Agora podemos falar, de fato, da obra *Programa de Sociologia*, publicada em 1940 e reeditada quatro vezes no período entre 1940 e 1944 – além de ser publicada sob novo título *Introdução à Sociologia* em 1948. Este manual será brevemente descrito aqui tanto no que se refere a sua estrutura física quanto sobre seus conteúdos. A obra possui 443 páginas, em sua capa está estampado um gráfico colorido de pizza sobre o número de profissionais sindicalizados no Distrito Federal, além disso a capa ainda traz a informação de que está “De acordo com o programa dos cursos complementares”. Encontra-se, no início do livro, uma carta prefácio feita por Jacques Lambert, professor catedrático da Faculdade de Direito de Lyon que esteve no Brasil na década de 1930, durante o processo de formação das primeiras universidades do país, tendo atuado na Faculdade Nacional de Filosofia, na qual Amaral Fontoura veio a se formar.

Além dessa carta prefácio, a introdução da obra foi escrita por Alceu Amoroso Lima que, como já dito anteriormente, foi uma das principais figuras da intelectualidade católica

⁹ Movimento armado ocorrido no Brasil, liderado pelos estados de Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul, que teve como consequências o Golpe de Estado de 1930 que depôs o então presidente da república Washington Luiz e levou a ascensão de Getúlio Vargas, colocando fim no período denominado República Velha.

brasileira na primeira metade do século XX. Antigo professor do autor, Amoroso Lima faz elogios a sua obra, sobretudo no que diz respeito a sua imparcialidade ao apresentar as várias correntes do pensamento sociológico. Além disso, destaca que o manual pode obter um status ainda maior com o “[...] polimento do tempo e da experiência e uma unidade maior de princípios [...]”. No entanto, não deixa de indicar que diverge do autor em alguns pontos, inicialmente não indicados. Sobre isso, veremos mais à frente, quando focalizarmos mais diretamente o conteúdo da obra, que tal divergência pode indicar justamente as características que distinguem Amaral Fontoura no quadro de autores pertencentes a Sociologia Católica.

Após a introdução, a obra traz uma seção intitulada *Didática da Sociologia (ligeiras observações)*, onde Amaral Fontoura expõe alguns indicativos e considerações sobre a obra, antes de tudo, deixa claro que esse manual não pretende aprofundar nenhum tema e sim “[...] dar ao aluno uma visão panorâmica do campo sociológico, do que já existe feito no assunto” (FONTOURA, 1940, p. 15) e deixa clara a sua posição acerca do ensino da sociologia escolar, defendendo que essa deve ser uma *Sociologia viva* que possa mesclar as teorias sociológicas estudadas, mas também que incentive a pesquisa: “O ensino da sociologia ou é ativo, vivo, ou não é ensino de Sociologia. Claro que as exposições teóricas do professor são imprescindíveis. Mas ao lado delas devem existir os trabalhos de campo, a pesquisa do aluno, o inquérito, a monografia.” (Ibid., p. 16). A Sociologia viva, nesse caso, deveria também contribuir para conhecer os problemas sociais do Brasil, de modo que esta tarefa é também um “dever de patriotismo” nas palavras do autor.

A preocupação de Amaral Fontoura com o uso da pesquisa social no ensino da disciplina é uma das características de sua obra que o diferencia dentre os autores da Sociologia Católica, uma vez que buscando proporcionar uma formação científica ao estudante, o autor concilia ideais cristãos e laicos, conforme destaca Meucci:

Este autor [...] se situa, no quadro de autores católicos, num lugar bastante singular. Em verdade, ele realiza uma síntese peculiar entre a “sociologia laica” e a sociologia cristã. Isso o conduzirá, com efeito, como notaremos no próximo capítulo, a uma significação notável na formação de cientistas sociais nas faculdades católicas. (MEUCCI, 2000, p.53).

Esse incentivo a pesquisa se materializa ao longo do manual na seção de atividades, geralmente intitulada como *Trabalho de campo* ou *Inquérito Social a realizar*. Aí o autor propõe que os alunos desenvolvam observações e coleta de dados em suas realidades próximas. Uma dessas atividades tinha como proposta que os alunos visitassem durante o ano: 1) Um morro; no Rio: morro da favela, ou Salgueiro, ou São Carlos; 2) Um albergue; no Rio: Albergue da Boa Vontade; 3) Penitenciária; No Rio: casa de correção; em São Paulo: Instituto

Reformatório; em Belo Horizonte: Penitenciária das Neves. Em suma, esses exemplos buscam ilustrar essa iniciativa relacionada a pesquisa de campo.

Partindo para os conteúdos do manual, este é estruturado em 44 (quarenta e quatro) pontos. Cada ponto se inicia com o título do tema seguido de um resumo sinóptico e, posteriormente a exposição do conteúdo em si, encontra-se a seção de atividades intitulada *Tópicos para discutir* e, em alguns pontos, a seção de atividades que propõe inquéritos e trabalhos de campo. O autor finaliza o ponto com uma bibliografia especial. Do Ponto 01 ao 08, encontra-se discussões sobre as definições de Sociologia, o objeto desta ciência, sua história, seus métodos, as conexões com outras áreas do conhecimento, apresentação das escolas sociológicas – positiva, evolucionista, socialista, escola de Durkheim – e uma exposição sobre sociólogos norte-americanos, brasileiros e latino-americanos.

Já entre os pontos 09 e 21, o autor se preocupa em apresentar conteúdos sobre a Família e sua formação e origem, a Moral, Casamento, Divórcio, Feminismo e a origem e os fundamentos da Propriedade. Em seguida, é realizada em dois pontos (22 e 23) uma discussão breve sobre o Homem e o ambiente social, pensando nas influências do meio geográfico na formação social. Dos pontos 24 ao 34, os conteúdos centram-se na área da Política, onde pode-se encontrar discussões sobre Nação, Estado (sua origem, estrutura e diferentes formas), Governo representativo, Sufrágio universal, direitos individuais, legislação e relações internacionais. Na parte final da obra, dos pontos 35 ao 44, verificamos discussões sobre a organização econômica da sociedade (Trabalho, Capital, Desemprego). Além disso, encontra-se também conteúdos sobre a Educação na sociedade (Influências do Estado e da Religião sobre a educação, o valor desta para o progresso social) e, por fim, uma breve exposição sobre Sociologia Criminal.

3.2.2. *Tristão de Athayde (Alceu Amoroso Lima): Liderança católica e o seu manual* **Preparação à Sociologia**

O nome de Amoroso Lima tem sido citado recorrentemente nesta pesquisa, tanto pela sua importância enquanto agente ativo no processo de formação de uma classe intelectual católica no âmbito da disputa educacional ocorrida na década de 1930, quanto pela sua presença na trajetória de outros autores como Amaral Fontoura. Porém, neste momento, poderemos tratar mais detidamente de sua própria trajetória, suas relações e, sobretudo, sobre o manual de sua autoria que nos interessa no presente trabalho.

Nascido em 11 de dezembro de 1893, na cidade de Petrópolis, onde também faleceu em 14 de agosto de 1983, Alceu Amoroso Lima pertencia a uma abastada família de comerciantes do ramo têxtil – seu pai, Manuel José Amoroso Lima, era proprietário da Fábrica de Tecidos Cometa. Alceu Amoroso Lima teve sua alfabetização desenvolvida em casa, tendo como tutor João Kopke (CIGALES, 2019), e continuou sua formação no Colégio Pedro II. Em seguida, partiu para a Faculdade do Rio de Janeiro, onde se formou em Direito no ano de 1913, estudando também na França, na *Sorbonne* e no *College de France* (OLIVEIRA; CIGALES; ENGERROFF, 2021). Começa a ganhar destaque quando se torna crítico de *O Jornal* em 1919, adotando o pseudônimo de Tristão de Athayde. Ele lança seu primeiro livro em 1922, *Afonso Arinos*, onde desenvolve uma crítica ao escritor mineiro.

Em 1928, ocorreu um fato importantíssimo para a trajetória do autor: por influência de Jackson Figueiredo, converteu-se ao catolicismo e começou a despontar como líder intelectual e político da Igreja Católica no cenário brasileiro nas décadas de 1930 e 1940, tendo relações próximas com líderes clericais como o padre jesuíta Leonel Franca e o cardeal do Rio de Janeiro Dom Sebastião Leme. Assumiu a direção da revista *A Ordem* e do Centro Dom Vital com a morte de Jackson Figueiredo. Também participou do desenvolvimento da Ação Católica, onde organizou uma militância ampla com objetivo de aglutinar a juventude Católica (SAVIANI, 2013).

Amoroso Lima participou ativamente no desenvolvimento de importantes instituições de ensino católicas, bem como também ocupou postos em espaços intelectuais e educacionais laicos. Vejamos algumas destas iniciativas: encabeçou a criação do Instituto Católico de Estudos Superiores (1932); ingressou na Academia Brasileira de Letras em 1935; ocupou a reitoria da Universidade do Distrito Federal (por aproximadamente oito meses); encabeçou, junto com o padre Leonel Franca, a fundação da PUC do Rio de Janeiro em 1941; foi membro dos Conselhos Nacional e Federal de Educação entre 1935 a 1969 (SAVIANI, 2013).

É importante também destacar a atuação de Alceu Amoroso Lima no campo das relações políticas. Ele mantinha uma relação de proximidade com o ministro da Educação Gustavo Capanema (que ocupou o cargo entre 1934 a 1945), defendendo, no campo político, as direções da igreja para a educação, tais como a inserção e manutenção do ensino religioso na educação básica¹⁰ e o direcionamento ideológico dos professores estrangeiros que

¹⁰ O ensino religioso é inserido, pela primeira vez na história da República brasileira, em 1931, por meio do Decreto n. 19.941, instituído por Francisco Campos, que na época ocupava o Ministério da Educação. Curiosamente, este era integrante do movimento da Escola Nova, o que revela uma teia de relações complexas entre intelectuais católicos e políticos ligados à Escola Nova que se explica pela conjuntura política do país na

compunham os quadros das primeiras universidades brasileiras (OLIVEIRA; CIGALES; ENGERROFF, 2021). Visualizando a biografia e as ações do autor na organização cristã no campo educacional, percebe-se que ele gozava de capitais que o colocaram nessa posição vantajosa: seu círculo familiar abastado, suas relações com influentes agentes clericais (Padre Leonel Franca e o Cardeal D. Sebastião Leme). Tudo isso terminou por torná-lo o principal representante leigo dos ideais católicos.

Neste momento, é interessante voltar nossas atenções para as editoras nas quais Amoroso Lima publicou sua extensa obra. Profícuo escritor, destaquemos algumas obras publicadas com seu pseudônimo Tristão de Athayde: *Debates Pedagógicos* (Livraria Schmidt Editora, 1931); *Preparação à sociologia* (Getúlio Costa, 1931); *Pela Reforma Social* (Editora Spinola & Fusco, 1932); *O senhor Fernando de Azevedo e sua sociologite aguda e o que mais lhe aconteceu* (Centro D. Vital, 1936); e *Política* (Getúlio M. Costa editor, 1939). Realizada uma pesquisa sobre tais editoras, verifica-se uma proximidade com os ideais católicos em algumas destas, como é o caso do Centro Dom Vital, uma associação de leigos católicos, fundada pelo advogado e jornalista Jackson Figueiro, em 1922, na cidade do Rio de Janeiro, com o apoio do padre Leonel Franca e do cardeal D. Sebastião Leme. Inclusive, o próprio Alceu Amoroso Lima chegou a assumir a direção da associação após a morte de seu fundador.

A Livraria Schmidt também possuía certa posição religiosa. Localizada também no Rio de Janeiro, foi fundada pelo poeta Augusto Frederico Schmidt, em 1930, em meio a um movimento intelectual interessante, destacado por Hallewell (2005): o nacionalismo brasileiro, proposto pelos pioneiros modernistas da década de 1920 (em contraposição a perspectiva europeizada característica da República Velha) sofreu implicações religiosas nos anos 1930, expressando um catolicismo renascido que contestava o positivismo que imperava. O próprio Schmidt nesse período passou a ter sua obra poética permeada pelos valores cristãos, além de sua Livraria passa a ser frequentada por escritores como Hamilton Nogueira, Sobral Pinto, Manuel Bandeira, Afonso Arinos de Melo Franco e Alceu Amoroso Lima, grupo ficou conhecido pelo nome de Círculo Católico (HALLEWELL, 2005). É interessante salientar que, no início de suas atividades, a editora possuía o nome Livraria Católica. Porém, seu público frequente tornou-se heterogêneo: católicos, comunistas, católicos apoiadores do fascismo, etc. Schmidt não era inflexível na sua orientação ideológica de sua editora, eliminando a palavra “Católica”, passando a ser a Livraria Schmidt Editora.

década de 1930, marcada por um golpe de estado que resultou na ascensão de Getúlio Vargas ao poder. Nesse contexto, vê-se as aproximações entre o pensamento conservador dos agentes políticos do Estado laico e da Igreja Católica. Tal ponto será melhor trabalhado ao longo desta pesquisa.

A editora teve vida curta e em 1939 foi adquirida por Zélio Valverde, tendo a Firma Schmidt se tornado sócio. Hallowell (2005) aponta alguns fatos que podem ter contribuído para o fracasso da editora: falta de capital (a livraria não conseguiu emplacar em seu início um livro que fizesse dinheiro e seu demasiado foco apenas na literatura nacional impediu que alcançasse um público maior); a partir de 1933, seus autores começaram a abandonar a livraria, como é o caso do próprio Alceu Amoroso Lima; a talvez não suficiente dedicação de Schmidt ao negócio dos livros, tendo em vista que continuou ativo nos seus outros ramos de empreendimentos.

Já a obra de Amoroso Lima que faz parte do recorte desta pesquisa, *Preparação à Sociologia*, foi publicada pela Editora Getúlio Costa, firma individual da Livraria Civilização Brasileira. Getúlio Costa foi um empreendedor ativo no ramo editorial, paulista natural da cidade de Caçapava, trabalhou como balconista na Livraria Paulicéia e já em 1924, na cidade de São Paulo, fundou seu próprio empreendimento, a Editora Popular, com pouco capital e pequenas obras. Participou ainda de uma sociedade com Monteiro Lobato e Orlando Rocha na Editora Rochea. Porém, com inquieta publicação de obras que não agradavam o governo e retaliações por conta disso, muda-se para o Rio de Janeiro, onde fundou sua editora Civilização Brasileira em 1929, a qual não ficou muito tempo sob sua propriedade haja visto que a vendeu para Octalles Marcondes no ano de 1932, passando a ser filial da Editora Nacional. Getúlio Costa voltaria novamente à atividade editorial em 1939, sozinho e utilizando seu próprio nome.

Uma vez realizada esta investigação breve sobre as editoras que publicaram as obras do Amoroso Lima, torna-se possível neste momento focar em seu manual *Preparação à Sociologia*. Um primeiro elemento da obra chama a atenção: na orelha da capa, encontra-se sinopses das obras *Compêndio de Pedologia e Pedagogia Experimental* do Monsenhor Pedro Anizio e *Pedagogia Popular do Catecismo* pelo Monsenhor José Tibúrcio, ambas redigidas pelo Padre João Baptista de Siqueira. Tal divulgação de obras de membros do clero no referido manual pode reforçar a filiação do autor com os ideais católicos.

O livro não possui seções introdutórias, tais como prefácio, apresentação ou introdução, em que o autor faça reflexões e indicações sobre o manual. Tendo 191 páginas, está subdividido em seis capítulos: “Capítulo I - Princípios Sociais” - aqui é realizada reflexões iniciais sobre a ciência e filosofia social, além de situar a ciência social no quadro geral das ciências e realizar uma distinção entre Sociologia determinista e Finalista; “Capítulo II - Progresso Social”, exposição sobre as concepções de progresso e seus limites; “Capítulo III - Estruturas Sociais”, aqui o autor se dedica a apresentar as estruturas de sociedade cristã,

tratando do meio, do homem, da família, do grupo, do Estado e da Igreja; “Capítulo IV - Elementos Sociais”, realiza uma discussão sobre a harmonia dos três poderes sociais (poder político, econômico e poder espiritual) e vai se aprofundando no poder econômico, indicando sua crise, a humanização da economia e expondo as normas de uma economia finalista (ligada a princípios cristãos); “Capítulo V - Anomalias Sociais”, discute-se as noções de normalidade e anormalidade social, assim como uma exposição das espécies gerais de anomalias; e o “Capítulo VI - Ordem Social”, onde o autor reflete sobre as tendências sociais modernas, apontando para os dois grandes sistemas capitalista e comunista, além de discutir a legitimidade e limites de intervenção da Igreja, propondo uma solução racional, nacional e sobretudo Cristã.

Bom, como já dito anteriormente ao longo deste trabalho, Alceu Amoroso Lima foi o principal intelectual católico deste período, sendo amplamente citado por outros autores filiados a chamada Sociologia Católica (tais como Amaral Fontoura e Francisca Peeters) e sendo reconhecido até mesmo por seus adversários intelectuais como Fernando de Azevedo (MEUCCI, 2000). É interessante observar como o autor define a Sociologia Integral ou Finalista da qual é partidário, propondo que esta é completa e conseqüentemente superior às demais vertentes sociológicas já que sua concepção filosófica vence o unilateralismo que só daria conta de uma face da realidade e restaura a verdade de forma integral ao admitir que certos postulados são superiores à Sociologia como a existência de Deus, a imortalidade da alma, a liberdade da vontade e a encarnação de cristo¹¹.

3.2.3. Uma mulher entre homens: Madre Francisca Peeters, educadora e escritora

Nascida em 1876, na cidade de Tournai, na Bélgica, Elizabeth Peeters cresceu em uma família tradicionalmente cristã. Estudou no Colégio de Santo André e, aos 19 anos, entrou no noviciado das Irmãs de Santo André¹², em Tournai, e, em 1897, consagrou-se pelos votos religiosos, momento em que recebeu seu nome eclesiástico, Madre Francisca Peeters

¹¹ Não cabe nesta seção discorrer mais detidamente sobre a concepção de Sociologia Católica e seus pressupostos, tendo sido abordadas aqui apenas a título de contextualização breve da obra. Na próxima seção, dedicada estritamente à análise dos conteúdos dos manuais focalizados, retomaremos tais discussões.

¹² As Irmãs de Santo André são uma antiga congregação católica que foi fundada em 1231, na cidade de Tournai, a qual, nesse período, estava sob domínio do Reino da França – atualmente, pertence ao território da Bélgica. Fundada por duas irmãs que fizeram voto de pobreza, abriram uma estalagem em Saint Nicolas Du Bruille para hospedarromeiros pobres que iam em direção à Terra Santa.

(CIGALES, 2019). Chegou ao Brasil em fevereiro de 1914, com 39 anos de idade, mediante a solicitação do Bispo de São Carlos, Dom José Marcondes Homem de Mello, que buscava abrir colégios em sua diocese. Já em terras brasileiras, deslocou-se para a cidade de Jaboticabal, onde se encarregou de organizar o Colégio Santo André e criando a Escola Normal como anexo. Nesta instituição, lecionou as disciplinas de Sociologia, Latim, Filosofia, Matemática e Física. Já em 1956, afasta-se da docência e volta-se para leitura e conversa com jovens sacerdotes. Passou por procedimento cirúrgico em 1962, que a levou a retirar-se para uma vida mais pacata. Faleceu em dezembro de 1973.

Francisca Peeters publicou duas obras, *Noções de Sociologia* (1935) e, em colaboração com a Madre Maria Augusta de Cooman, *Educação: História da Pedagogia* (1937), ambos publicados pela editora Melhoramentos. Antes de apresentarmos o manual *Noções de Sociologia*, pensemos agora em discorrer sobre essa editora. Segundo Hallewell (2005), a Melhoramentos surgiu originalmente como uma empreiteira de obras públicas em 1877 – seu nome é justamente uma referência a este ramo –, na cidade de São Paulo. Porém, efetivou-se em 1890 para fabricar papel. Sua atuação editorial começa em 1915, com a firma independente Weiszflog Irmãos, e, em 1922, essas duas empresas se fundem.

A editora teve como carro-chefe a literatura infanto-juvenil e os livros didáticos. Logo em seu início, em 1915, a editora publica *O Patinho Feio*, de Hans Christian Andersen. A editora publicou uma série de livros infantis coloridos que compuseram a *Coleção Biblioteca Infantil*, por iniciativa do gerente Arnaldo de Oliveira Bastos. Já no que tange ao interesse pelos livros didáticos, coube ao consultor editorial Manuel Bergstrom Lourenço Filho gerir a produção da editora neste gênero. É interessante observar que o mesmo atuou como diretor do ensino no Ceará e era adepto do movimento reformador, chegando a produzir duas obras que inspiraram uma geração de escolanovistas no Brasil, tais foram *Escola Nova* (1925) e *Introdução ao Estudo da Escola Nova* (1929)¹³. A editora Melhoramentos tornou-se uma das maiores do país, sendo um enorme conglomerado. Hallewell (2005) indica que, em 1971, a companhia ocupava o 145º lugar entre as quinhentas maiores empresas do Brasil e, em termos totais, era a segunda em tamanho no negócio de livros no país.

No que diz respeito a obra *Noções de Sociologia*, um primeiro elemento a ser observado é a imagem de Santo Tomás de Aquino estampada na capa do manual. Avançando

¹³ É curioso que a editora contava com um escolanovistas à frente do setor de livros didáticos por muitos anos e publicou duas obras de autoria de Madre Francisca Peeters, adepta da vertente sociológica católica. Estes arranjos nas relações de publicação das obras são interessantíssimos e nos faz melhor refletir sobre a configuração tanto do campo editorial quanto do campo educacional do período.

para a folha de rosto, encontramos o NIHIL OBSTAT¹⁴, lavrado em Jaboticabal, São Paulo, em 1935, concedido pelo Padre Carlos Rocha. Vê-se também dois IMPRIMATUR¹⁵, um concedido em fevereiro de 1935 pelo Arcebispo Antonio e o outro datado de junho do mesmo ano, concedido pelo Monsenhor Ernesto de Paula. Tais elementos confirmam, para além da própria filiação da autora a uma ordem religiosa, o aval que a obra tinha da instituição clerical.

Encontra-se ainda duas “Advertências” redigidas pela própria Francisca Peeters para a 1ª e 2ª edições da obra. Nesta seção, a autora indica que este compêndio escolar visa apenas fornecer aos alunos bases sólidas para o trabalho pessoal. Além disso, ela indica as referências bibliográficas que embasam os princípios gerais deste livro: as cartas encíclicas de Leão XIII e de Pio XI, os trabalhos de Henry Du Passage, Padre Leonel Franca e de Tristão de Ataíde (Alceu Amoroso Lima). Ainda nesta primeira advertência, verifica-se uma menção ao “Programa das Escolas Normais”, referente a indicação do uso de pesquisas em nosso meio. Sobre isso, a autora coloca o seguinte: “Julgamos que estas pesquisas se devem deduzir das obras de atualidade – entre as quais avultam as de Oliveira Vianna e de Delgado de Carvalho – como também das estatísticas [...]” (PEETERS, 1938, p. 05). Na quarta capa ou contracapa do livro verificamos alguns lançamentos de obras produzidas por outros agentes do clero e publicadas na editora Melhoramentos: *A Nova Orientação do Ensino*, de Padre Arlindo Vieira S.J.; *Jesus Cristo e os Filósofos*, do Padre Eugênio Cantera; *Compêndio de Civilidade – Educação*, do Padre Antonio de Menezes S.J.; *Curso de Apologética Cristã*, do Padre W. Devivier S.J.; e *Devocionario do Jovem Piedoso*, do Padre A. Monteiro S.J.

O manual *Sociologia* está estruturado em seis partes, além dessas seções introdutórias referidas acima: 1) “Noções Gerais”, aqui a autora discute a Sociologia enquanto ciência, suas definições, natureza, objeto, bem como apresenta a trajetória dos estudos sociológicos desde os sociólogos da antiguidade até as correntes sociológicas atuais, finalizando com a conceituação de Sociedade; 2) “Sociologia Doméstica”, onde se discute a sociedade familiar, sua origem e evolução histórica, além do matrimônio, a composição da família, o feminismo e as relações entre o Estado e a família e os problemas demográficos; 3) “Sociologia Econômica”, é subdividida em quatro seções, A produção, Organização da economia, A repartição e distribuição e, por fim, A Circulação. Aí a autora apresenta um quadro geral da

¹⁴ Permissão para publicar um livro, outorgada por censor oficial da Igreja católica, que o examinou e se certificou de que nada continha contrário à fé ou à moral.

¹⁵ Permissão concedida por autoridade religiosa para que seja impresso texto submetido à sua censura, e que passa a figurar no verso da página de rosto ou do anterosto.

organização econômica da sociedade, desde as necessidades humanas que levam a produção até as discussões sobre crédito e moeda; 4) “Sociologia Política”, encontra-se aí um maior foco na origem das sociedades políticas, a origem do Estado e sua evolução histórica, as várias teorias sobre seu surgimento, finalizando esta parte com a discussão sobre classes sociais, constituições e governo, o poder judiciário e o direito internacional; 5) “A Religião, a Ciência e a Arte do ponto de vista Sociológico”, traz discussões sobre a origem e os desdobramentos de uma visão sociológica da religião, ciência e arte, buscando relacioná-las ao longo da história; 6) “A Sociologia Educacional”, está subdividida em quatro seções, Princípios gerais, Grupos sociais que colaboram na obra da educação, Os problemas de adaptação do processo educacional aos tempos e aos lugares e O progresso Social. No final da obra, ainda encontra-se um apêndice intitulado “Diversos problemas brasileiros de Sociologia”, onde a autora discute os problemas étnicos do Brasil, o caráter rural da sociedade brasileira, o problema da unidade nacional e a questão social no Brasil.

3.2.5. A Sociologia Cristã do Padre Guilherme Boing

São escassas as informações sobre a biografia do Padre Guilherme Boing. As poucas informações encontradas, a partir de Cigales (2019), dizem respeito a algumas de suas atuações dentro do campo intelectual católico. Verificou-se que Guilherme Boing participou do I Congresso Católico de Educação em 1934, realizado pela Confederação Católica Brasileira de Educação. Nesse evento, o autor apresentou um trabalho de sua autoria intitulado *A posição social do professorado*. O congresso contou com a presença de importantes lideranças católicas como o Padre Leonel Franca e Alceu Amoroso Lima. Podemos perceber também a relação que o autor possuía com outros intelectuais católicos tais como o Padre Álvaro Negromonte que escreveu o prefácio de sua obra e o Bispo holandês D. João Aengnent que concedeu a Guilherme Boing o direito a fazer uma adaptação de sua obra, como pode-se verificar no seguinte da introdução:

A ‘Sociologia Cristã’ que hoje aparece em público não é totalmente trabalho original meu, nem, tão pouco, simples tradução. Antes de sua morte prematura, o grande sociólogo holandês e Bispo, eminentemente social e caridoso, S. Excia. Revm. Dom João D. J. Angenent, me tinha dado licença para me servir de todas as suas obras, afim de publicar um livro sobre Sociologia em língua brasileira. (BOING, 1938, p. 13).

Outro ponto interessante a se colocar sobre sua atuação intelectual é que de acordo com Narcizo (2008) verifica-se a presença de formas de apropriação da Escola Nova por parte

do Padre Guilherme Boing. Na sua tese *A necessidade dum formação especial das catequistas para as escolas públicas e particulares* (trabalho também apresentado no I Congresso Católico de Educação) o autor reafirma a necessidade de manutenção do ensino religioso na educação básica e tece críticas ao laicismo, colocando que a ateísmo, a educação leiga sem Deus trouxe um caos a humanidade, porém, o autor coloca que o ensino religioso sofria de um problema pedagógico, sendo necessária reformulações:

O problema pedagógico, de acordo com Boing, reside na ausência de um método para este tipo de ensino. E o método por ele sugerido não se encontra na chamada 'pedagogia tradicional', caracterizada pela decoração e tomada de lições por parte do professor, mas sim na 'Pedagogia Nova', que considera a criança como elemento ativo na educação e é responsável por um grande progresso na educação [...] (NARCIZO, 2008, p. 79).

Feito estes interessantes apontamentos sobre a atuação do autor, sobretudo sua rede de relações com agentes de prestígios e seu diálogo com os ideais da escolanovistas, podemos agora nos deter sobre a editora que publicou sua obra. O manual *Sociologia Cristã* foi publicado pela Editora Vozes de Petrópolis - RJ, considerada a maior editora católica brasileira, de acordo com Hallewell (2005) a editora foi fundada em 05 de março de 1901 pelo convento franciscano local, afirma-se que certo Irmão Inácio (aprendiz de tipógrafo) encontrou abandonada uma impressora, tendo a consertado colocou para uso buscando fornecer livros escolares para a Escola Gratuita São José (vinculada a irmandade), neste momento possuía o nome Typographia da Escola Gratuita São José. No ano de 1907 a Ordem dos Frades Menores (franciscanos) lança a Revista de Cultura Vozes que logo ganhou certo reconhecimento nos espaços católicos e acadêmicos e em 1911 a editora adota o nome da revista que perdura até hoje. Um fato que merece destaque é a interessante posição que a editora tomou frente a Ditadura Militar Brasileira (1964-1985), como nos informa Hallewell (2005):

A Editora Vozes cresceu durante a ditadura, com a edição de livros de crítica social, explorando a relutância do regime militar a desafiar abertamente os órgãos da Igreja. Com o apoio da ordem franciscana e da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), conseguiu evitar a presença de censores em suas redações. (HALLEWELL, 2005, p. 660).

Tendo explorado a história e relevância da editora que publicou a obra do autor, passemos então a nos deter em seu manual de Sociologia. A obra está dividida em dois volumes em um livro só, tratando dos elementos introdutórios do primeiro volume logo na contracapa verifica-se a presença dos selos da igreja: o NIHIL OBSTAT conferido pelo Padre Álvaro Negromonte em 1938 na cidade de Belo Horizonte e o IMPRIMATUR emitido pelo Arcebispo Metropolitano Antônio no mesmo ano. Como já citado anteriormente, o prefácio

foi escrito pelo Padre A. Negromonte que destaca uma relação inseparável entre a filosofia e os estudos sociais e reafirma o alinhamento da obra com as doutrinas expostas na encíclica *Quadragesimo Anno*. Além do prefácio, encontra-se uma breve introdução onde Guilherme Boing informa a adaptação que fez da obra do padre holandês João D. J. Aengenent e que seu manual representa o “[...]verdadeiro espírito de Jesus Cristo nos problemas que tanto agitam e agitaram todas as classes sociais”(p. 14).

Já no segundo volume, encontra-se também os selos clericais: NIHIL OBSTAT concedido pelo Frei Leopoldo Pires Martins em 1940 na cidade Petrópolis e o IMPRIMATUR emitido no mesmo ano por uma comissão especial composto pelo Bispo de Niterói Dom José Ferreira Alves e pelo Frei Heliodoro Muller. Verificou-se também a presença de uma seção introdutória onde o autor relata boa recepção do primeiro volume e indica que alguns “homens de verdadeiro conhecimento dos problemas sociológicos” (nas palavras do autor) aconselharam-no a seguir o mesmo caminho do primeiro volume, estes homens seriam o Padre Antônio de Moraes, Dr. Lúcio J. dos Santos, Osório Lopes e Cristovão Breiner. Além disso, o autor informa que este volume trata do aspecto econômico de diversos problemas sociológicos que terá em sua abordagem o acréscimo da apreciação católica conforme os ensinamentos dos Papas Leão XIII e Pio XI.

Como dito anteriormente o manual está dividido em dois volumes, o primeiro está subdividido também em duas partes onde na primeira o autor discorre sobre a definição da Sociologia enquanto ciência, problematizando a Questão Social e as correntes filosóficas como o liberalismo econômico, o Socialismo, Marxismo, Anarquismo e os Socialismos de Estado e Agrário, expõe uma teoria da solidariedade e finaliza tratando da Questão Social em relação à Igreja, aos indivíduos e ao Estado. Já na segunda parte, intitulada *A Questão social em seus aspectos particulares*, encontram-se discussões sobre as causas e as particularidades da questão social, os meios para possíveis melhoramentos, assim como trata das especificidades da questão dos operários, agricultores, burguesia e da questão feminina.

Já no que tange ao segundo volume da obra, com o foco na questão econômica, está dividida em seis grandes tópicos: 1) Economia, aqui o autor oferece uma conceituação de economia, seu método e divisão; 2) A Produção, discussões sobre o valor, a natureza, o trabalho, o capital, dinheiro e o problema da população; 3) A Repartição, dedica-se a exposição sobre o direito de propriedade, seus deveres e a relação entre a propriedade privada e a participação dos operários na empresa; 4) Os Juros, é observado em três dimensões: econômica, ética e social política; 5) O Salário, discutido em relação às teorias econômicas e éticas, bem como trata dos diversos sistemas de salários e a determinação do valor do

trabalho; 6) Consumo e Uso, aqui o autor conceitua essas duas noções e discorre sobre quais os consumos e usos “errados”.

4 - O MARXISMO NA PERSPECTIVA DA SOCIOLOGIA CATÓLICA

A presente seção tem como objetivo empreender uma análise da presença dos conteúdos sobre a teoria marxiana nos manuais de Sociologia Católica que faz parte do corpus desta pesquisa, uma vez que nas seções anteriores realizou-se contextualizações históricas (acerca das relações entre Igreja, Ciência, Marxismo e a disputa pelas ideias pedagógicas no Brasil até a década de 1940) e apresentações dos autores dos manuais e a estrutura dos mesmos, sendo assim, compreende-se que o volume de informações sistematizadas torna possível que neste momento os conteúdos sejam analisados.

Visando melhor atingir os objetivos da pesquisa a seção será subdividida em dois tópicos: No primeiro, encontra-se uma apresentação dos conteúdos em cada obra: onde se dá a discussão sobre as teorias marxianas? Possui capítulos próprios para isso? Está diluída na discussão de outros temas ou conceitos? Quais categorias são exploradas? Em suma, uma descrição minuciosa e ao mesmo tempo sistemática; Já no segundo tópico, os elementos das dimensões externa e interna do manual serão mobilizados para a leitura analítica dos conteúdos.

4.1. Situando a teoria marxiana nos manuais

Seguiremos a mesma ordem de exposição dos manuais apresentada na seção anterior. Dessa forma, começaremos pelo manual *Programa de Sociologia*, escrito por Amaral Fontoura. O autor não dedica um ponto (forma como o mesmo nomeia os capítulos) específico para tratar das contribuições de Marx. Estas estão diluídas em outras discussões, como pode-se ver no quadro seguinte:

Quadro 02. Presença da teoria marxiana no manual *Programa de Sociologia*

Localização	
Capítulo	Tópico
Ponto 6. Escola Positivista, Evolucionista e Socialista.	Escola Socialista
Ponto 21. Natureza do direito da propriedade. Seus Limites. Teorias contra a propriedade.	Comunismo
Ponto 28. Grupos e Classes sociais. Psicologia política. Luta e cooperação de classes. Ecologia Social	Classes sociais

Ponto 35. Organização econômica da sociedade. O trabalho. Espécies. Dignidade e valor do Trabalho	Evolução Histórica
Ponto 39. O capital. Regime Capitalista. Abusos do capital.	A teoria da “mais-valia” de Marx e a sua refutação

Fonte: Elaboração própria.

Tratando do primeiro registro, localizado no Ponto 6, vê-se que o autor busca apresentar as principais escolas sociológicas, dedicando apenas um breve parágrafo para a exposição da escola socialista. Afirma que a escola socialista não é necessariamente sociológica, sendo uma doutrina social e econômica que tem como criador Karl Marx. Nesse sentido, vejamos as seguintes citações: “A rigor, também não há uma escola sociológica socialista. Em todo caso, já o socialismo é uma doutrina nitidamente social [...] O socialismo é também uma doutrina econômica e acima de tudo uma filosofia social” (FONTOURA, 1943, p. 60). Ainda neste ponto, o autor descreve a obra *O Capital* como “celeberrima” e destaca a concepção materialista da história de Marx, a qual tem como motor da História da evolução humana e social a luta de classes. Seguindo a exposição, ele faz menção às noções de infraestrutura e superestrutura (se refere a primeira pela expressão estrutura econômica), como é possível se perceber no trecho a seguir:

Para êle, o mundo é formado de uma *estrutura* econômica e de uma *superestrutura*. Nesta última é que estão colocadas a ciência, as artes e tôdas as manifestações do pensamento humano. Tôda *superestrutura*, porém, está em função direta, é consequência da *estrutura*. (FONTOURA, 1940, p. 61).

O segundo registro está situado no Ponto 21, “Natureza do direito da propriedade. Seus Limites”. Teorias contra a propriedade”. Aqui o autor expõe algumas teorias que realizam objeções à propriedade, enumerando quatro correntes principais desse regime: a) Socialismo agrário, de Laveleye; b) Socialismo propriamente dito; c) Comunismo; e d) Anarquismo. As contribuições de Marx são citadas na corrente Comunismo, sendo-lhe dedicado um parágrafo. Vejamos:

O comunismo, desenvolvido pelo alemão KARL MARX (1818/1883) em sua obra “Das Kapital” e depois por êle e FREDERICO ENGELS (1820/1895) no “Manifesto do Partido Comunista” afirma que não só a terra e os demais instrumentos de produção devem pertencer à coletividade, mas também todos os produtos do trabalho humano devem ser comuns a todos os homens. Há numerosas divergências dentro da teoria comunista, conduzindo a outras correntes: (LA SELLE, “Jovens Socialistas”, “Revisionistas”, bolcheviques, mencheviques, etc.). A execução do comunismo na Rússia desde 1919 tem sido o mais cabal desmentido a tôda a teoria marxista. (FONTOURA, 1940, p. 93)

No ponto 28, dedicado à discussão sobre grupos sociais, classes sociais e a cooperação e luta entre essas classes, o autor realiza uma exposição sobre o conceito de classe social e introduz brevemente a perspectiva de Marx, finalizando o tópico propondo uma refutação da teoria marxiana. Vale a pena citarmos diretamente tanto a definição de classes sociais proposta pelo autor quanto o seu entendimento da teoria de Marx sobre as classes:

Classe é, em sentido geral, a reunião de indivíduos intimamente unidos pelo mesmo ideal. Atribuimos a êsse termo dois sentidos diversos: ou significando as grandes divisões da sociedade (classe burguesa, classe capitalista, classe proletária) ou significando as profissões (classe médica, classe militar, classe dos motoristas).

[...]

No início dos tempos modernos havia três classes fundamentais: a nobreza, a burguesia e o povo. KARL MARX afirma que cada classe tem a sua época de predomínio: primeiramente dominaram os nobres; com a Revolução Francesa subiu ao poder a classe burguesa; o futuro verá o predomínio da classe proletária. (FONTOURA, 1940, p. 193).

Como informado anteriormente, neste ponto se verifica a primeira proposta de refutação direcionada ao pensamento de Marx. O autor tenta contra argumentar se apoiando numa suposta impossibilidade de se acabar com as classes e levar os indivíduos a uma condição de igualdade, já que estes “[...] são diferentes entre si, têm ideais diversos e vivem de maneiras diferentes; e tendem irresistivelmente a grupar-se segundo suas semelhanças” (FONTOURA, 1940, p. 193). Esse argumento em que o autor se ampara, que consiste na diferença natural entre os indivíduos, sendo irreal a superação das estratificações sociais, parece estar alinhado com o posicionamento da Igreja sobre a *Questão Social*, presente nas encíclicas papais. Ainda que o autor não evoque diretamente tais documentos ou o conjunto de ideias cristãs nesse momento, podemos relacionar esses aspectos mediante a filiação do autor à vertente sociológica católica. No tópico seguinte, buscaremos melhor sistematizar essa análise.

Marx é citado novamente no tópico “Evolução Histórica”, inserido no Ponto 35, “Organização econômica da sociedade. O trabalho. Espécies. Dignidade e valor do Trabalho”. Nesse momento, o autor vai apresentar uma contextualização histórica da economia, estabelecendo três fases: a) Na antiguidade: Economia doméstica; b) Na idade média: economia corporativa; e c) Nos tempos modernos: economia capitalista. Amaral Fontoura argumenta, neste tópico, que o cristianismo teria tornado a imagem da atividade laboral mais digna, além da relação mais humanizada entre mestre (patrão) e trabalhador (aprendiz). O curioso é que, na sequência, o autor cita Karl Marx e sua obra *O Capital* para endossar o seu raciocínio e descreve este como inimigo do cristianismo:

Que era admirável a organização econômica da Idade-Média quem o afirma é a mais autorizada figura para falar do assunto: KARL MARX. E é KARL MARX quem escreve: “Na Inglaterra a servidão pessoal estava quase que suprimida na última parte do século XIV. A maioria absoluta da população já se compunha então, e principalmente independentes... Em todos os países da Europa a produção se caracterizava pela divisão do solo entre o maior número de ocupantes... Os trabalhadores ingleses foram precipitados sem transição, da sua idade de ouro na idade de ferro... No século XVI a situação dos trabalhadores tinha piorado muito”. (KARL MARX, *Das Kapital*, Berlin, 1898, Vol. I, págs. 648, 650, 669). (FONTOURA, 1940, p. 237).

Partindo para o tópico “A teoria da ‘mais-valia’ de Marx e a sua refutação”, inserido no Ponto 39, “O capital. Regime Capitalista. Abusos do capital”. De maneira breve são introduzidas aí as noções de valor da mercadoria e de mais-valia. No segundo momento do tópico, o autor propõe uma refutação à teoria de Marx, baseada em dois argumentos: 1) a importância da função do patrão para o funcionamento da produção e, por isso, sua maior parte nos lucros é justa; e 2) a ineficácia da implementação das ideias de Marx na Rússia soviética. Vejamos a forma como o autor busca explicar a noção de mais-valia segundo a perspectiva marxiana:

Se o valor produzido se mede pelo custo do trabalho consumido, é lógico que, inversamente, salário justo é aquele que corresponde ao total do preço alcançado pela mercadoria. O trabalhador deveria empregar sua atividade apenas 6 horas por dia e produzir valores que lhe permitissem uma vida regular. Mas em vez disso, trabalha 8, 10 e 12 horas por dia. Logo, a partir da sexta hora trabalha de graça para o patrão, criando um *valor suplementar* ou *mais-valia*. Assim, o *salário* é o resultado do trabalho consumido na execução da obra, enquanto que o lucro do patrão é o resultado do sobre-valor, da *mais-valia*, criada pelo excesso de trabalho gratuito do operário. O *lucro*, portanto, é um roubo, e deve desaparecer. (FONTOURA, 1940, p. 277).

Como dito anteriormente, o autor fundamenta a refutação da mais-valia na importância e maior complexidade da função que o proprietário exerce. Vale a pena recorrer novamente às palavras do próprio autor para melhor demonstrar tal ponto, pois trata-se de um contra argumento para um conceito chave na teoria marxiana:

A produção econômica não se cifra apenas no ato material de *produzir*, mas em fenômenos muito mais complexos de controlar a produção, regular sua venda, estudar as possibilidades dos mercados, fazer face às concorrências, ajustar a produção às necessidades, à evolução e aos desejos da coletividade. E tudo isso é a tarefa do patrão. [...] Finalmente, cabem ao patrão os prejuízos provenientes do risco e da demora. [...] Nem se pode pensar que, tornando-se o Estado o senhor dos instrumentos da produção, vá o mesmo suportar aqueles riscos e prejuízos, que iriam pôr em perigo a sua própria estabilidade. (FONTOURA, 1940, p. 278).

É desta forma que se apresentam as contribuições teóricas de Karl Marx no manual de sociologia produzido por Amaral Fontoura. Como demonstrado, a perspectiva marxista está diluída e integrada a outras discussões. Mesmo que o autor se refira a obra *O Capital* como uma célebre produção, demonstrando talvez certo reconhecimento, chama nossa atenção a proposição de refutações que ele estabelece frente ao pensamento do filósofo alemão, refutações estas ancoradas nos argumentos cristãos. Tendo um caráter teórico-conceitual, o manual reforça essa característica quando trata deste conteúdo, definindo algumas noções basilares do pensamento marxiano, tais quais: Luta de classes; Ditadura do proletariado; Superestrutura; Infraestrutura; Comunismo; Valor; e Mais-valia.

Seguindo a nossa exposição, trataremos agora do manual *Preparação à Sociologia* de Tristão de Athayde, pseudônimo de Alceu Amoroso Lima. Assim como no manual *Programa de Sociologia* de Amaral Fontoura, os conteúdos sobre a teoria marxiana estão diluídos em outras discussões, não possuindo um capítulo específico destinado apenas a exposição das contribuições de Karl Marx. O quadro a seguir explicita a distribuição dos conteúdos que versam sobre o marxismo:

Quadro 03. Presença da teoria marxiana no manual *Preparação à Sociologia*.

Localização	
Capítulo	Tópico específico
Capítulo II - Progresso Social	Concepções de Progresso
Capítulo III - Estrutura Social	O homem
Capítulo III - Estrutura Social	O Estado
Capítulo IV - Elementos Sociais	A humanização da Economia
Capítulo V - Anomalias Sociais	Crises econômicas e Trabalhistas
Capítulo V - Anomalias Sociais	Fatores constantes da anormalidade social
Capítulo VI - Ordem social	Capitalismo e comunismo

Fonte: Elaboração Própria.

Na primeira citação às contribuições de Marx que se encontra no tópico “Concepções de Progresso”, dentro do Capítulo II, “Progresso Social”, o marxismo é colocado como uma das concepções de progresso vinculada à corrente naturalista junto a Augusto Comte e Spencer, sendo que na visão marxiana, o progresso seria uma consequência da Luta de Classes:

[...] Marx opunha a lei da revolução necessária pela vitória sucessiva de uma classe sobre outra: dos nobres sobre o clero, dos burgueses sobre os nobres, dos proletários sobre os burgueses. O progresso é, segundo essa concepção, a realização sucessiva dessas vitórias das classes dominadas sobre as classes dominantes. O progresso é a passagem do empirismo econômico ao capitalismo e do capitalismo ao comunismo. (ATAÍDE, 1942, p. 50).

Tristão de Ataíde afirma que, apesar de Marx partir de postulados opostos, de recusar o dogmatismo filosófico e de contribuir para o pragmatismo social, sua teoria termina levando a resultado idêntico ao verificado no dogmatismo filosófico, uma vez que enxerga no progresso dos métodos de produção o determinismo imanente da elevação da humanidade em bem estar e perfeição.

A próxima referência a Marx no referido manual se dá no tópico “O Homem”, que está situado no Capítulo II, “Estrutura Social”. Aqui, o autor pretende realizar uma apresentação da estrutura social cristã através dos três elementos básicos que constituíam o fato social: a natureza, o homem e a sociedade. Nesse tópico, o autor coloca que “o átomo da estrutura social é, sem dúvida, o facto social” (ATAÍDE, 1942, p. 74) e que há dois ramos culturais que sustentam esse ponto de vista: Os sociologistas e os dos socialistas, sendo Marx incluído nesse segundo grupo. O autor expõe uma interpretação da teoria marxiana centrada na subordinação do indivíduo ao Estado proletário:

Karl Marx, discípulo indireto de Saint-Simon, através de Bazard, é o patriarca do ramo socialista, que acentua na sociedade o elemento revolucionador, hipertrofiando o fator econômico em prejuízo de todos os demais e pregando a subordinação do indivíduo, não mais à sociedade em geral, mas a uma classe determinada, ao proletariado, que deve representar o Estado. Marx, que combateu o monismo do Estado monárquico ou democrático, fez do Estado proletário um absoluto, subordinando-lhe a autonomia individual. (ATAÍDE, 1942, p. 76).

Ainda no mesmo capítulo o autor dedica um tópico à noção de Estado, tomando este como uma expressão da sociedade civil: “[...] chegamos agora à sociedade civil que é o âmbito nacional de desenvolvimento da vida social e cuja expressão unitária é precisamente – o Estado” (ATAÍDE, 1942, p. 87). O autor vai trabalhar Marx na discussão sobre as formas do Estado para a sociologia naturalista em suas duas formas extremas, o individualismo e o socialismo:

Dentro do regime dêsse individualismo, porém, foi lentamente se processando uma tendência oposta. E a doutrina do absolutismo estatista, representada teoricamente por Hegel e praticamente pelo Estado Prussiano na pessoa de Bismarck, bem como as doutrinas socialistas, representadas especialmente por Marx e Engels – foram trabalhando intensamente, umas para o domínio do poder político, outras para o domínio do poder econômico. (ATAÍDE, 1942, p. 89).

O próximo momento em que a perspectiva marxiana é citada no manual é no tópico “A humanização da Economia”, presente no Capítulo IV, “Elementos sociais”, que pretende compreender as relações entre os componentes do fato social, descritos no Capítulo II, citado anteriormente: “Passamos, depois, a estudar qual a estrutura geral de uma sociedade fundada em tais princípios e quais os órgãos que supõe. Vejamos agora o modo como funcionam êsses órgãos e quais as relações que mantêm entre si, normal e anormalmente.” (ATAÍDE, 1942, p. 99).

Neste tópico o autor faz questão de demonstrar o papel de centralidade do homem na sociologia católica: “Trata-se do que ha de mais central, de mais eficaz e de mais prático na sociologia finalista. Toda a economia cristã se baseia no homem [...] A sociologia é uma ciência moral e não uma ciência natural e o seu fundamento é o homem e não a natureza” (ATAÍDE, 1942, p. 113). Ao dizer isso, o autor busca argumentar que o princípio do bem próprio, ao superar o bem comum, levou a desumanização da economia e da sociologia, afirmando que na economia medieval apesar do grande atraso material em relação à economia moderna, havia uma vantagem moral quanto à vida humana, às necessidades e à finalidade do homem. Tristão de Athayde vai trazer as contribuições de Karl Marx para ilustrar esse argumento:

Nenhum documento será talvez mais ilustrativo dessa deshumanização inicial da economia moderna, do que o famoso 24º capítulo do 1º livro da grande obra de Karl Marx, sobre o capitalismo. “Na Inglaterra”, escreve Marx, “a servidão pessoal estava quasi que suprimida na última parte do século XIV. A maioria absoluta da população já se compunha então, e principalmente no século XV, de camponeses livres e economicamente independentes... Em todos os países da Europa a produção feudal se caracterizava pela divisão do solo entre o maior número de ocupantes... (p. 648). Como Thornton o diz com razão, os trabalhadores ingleses foram precipitados, sem transição, da sua idade de ouro na idade de ferro (p. 650). [...]

“A supressão da propriedade que os camponeses tinham de seu campo e da sua casa fez dêles proletários, isto é, pobres (p. 653, nota)... No século XVI a situação dos trabalhadores tinha piorado muito (p. 669)”. [...] Todo êsse processo gerador do capitalismo moderno, que Marx descreve como sendo o da ‘ursprungliche akkumulation’, é o que a nossos olhos representa exatamente – a deshumanização da economia. (ATAÍDE, 1942, p. 114).

Nos tópicos “Crises econômicas e Trabalhistas” e “Fatores constantes da anormalidade social”, ambos presentes no Capítulo V, “Anomalias Sociais”, verifica-se mais uma vez a presença das contribuições de Marx. Aqui, o autor começa argumentando que as anomalias sociais fazem parte da normalidade social, como fica explicitado no seguinte recorte:

As anomalias sociais constituem, portanto, pode-se quasi dizer, uma parte importante da normalidade social. As sociedades são mais ou menos

anômalas, mais ou menos perfeitas, mas levam sempre consigo êsse estigma da desordem, que impede o seu preciso funcionamento. (ATAÍDE, 1942, p. 131).

Seguindo a exposição do conteúdo, as anomalias são enquadradas em dois grupos: as constantes e as periódicas. Sendo as primeiras aquelas que ocorrem em todas as sociedades, como consequências de sua própria natureza, e as do segundo grupo são aquelas que se verificam com intermitência, tendo como exemplos principais a guerra, a revolução e as crises econômicas e trabalhistas. Dessa forma, as contribuições de Marx vão ser citadas nesse segundo grupo sobre as crises econômicas. O autor traz poucos elementos da teoria marxiana nesses dois tópicos, basicamente indicando que as crises econômicas foram uma preocupação no trabalho de Marx e trazendo a noção de “exército de reserva” para pensar o desemprego e como uma teoria de explicação sobre o pauperismo, como se pode perceber nos trechos seguintes:

As crises acompanharam a civilização capitalista em todo o seu curso. O desemprego, a que Marx chamava de exército de reserva industrial, é o fenômeno típico da indústria moderna. (ATAÍDE, 1942, p. 141)

Entre as muitas teorias explicativas do pauperismo, podemos destacar três principais: a) a de Malthus, a teoria da população, b) a de Marx, teoria do salário, c) a de Henry George, a teoria da terra. [...] O segundo via o pauperismo, ou o “exército de reserva” como êle diz, surgir da livre concorrência e desproteção do trabalhador em face dos proprietários industriais. O trabalho submetido à lei da oferta e procura tendia a baixar o salário a um nível que mantinha sempre uma grande população em estado de pauperismo crônico.” (ATAÍDE, 1942, p. 145).

A última citação a Marx, presente na obra de Tristão de Ataíde, encontra-se no tópico “Capitalismo e Comunismo”, que está situado no Capítulo VI, “Ordem Social”. Nele, o autor argumenta que o mundo estaria numa fase de desequilíbrio e sofrendo de uma contradição entre o materialismo e o espiritualismo. Podemos perceber essa interpretação de uma ordem social do mundo moderno pautada por estas oposições no seguinte fragmento:

O mundo está numa fase de desequilíbrio congênito, à procura de uma finalidade que só não quer encontrar onde ela de fato existe, e cujas tendências se defrontam abruptamente para logo em seguida se confundirem. [...] Ha, por toda a parte, uma louca efervescência da matéria, e das conquistas materiais da vida. Mas por toda a parte também verificamos pequenos núcleos de reação espiritualista intensa, que concorrem para mostrar ao vivo o signo de contradição sob o qual vivemos atualmente. (ATAÍDE, 1942, p. 162).

Como sinal desta contradição, o autor coloca a oposição entre capitalismo e comunismo como tendências sociais do século que indicam a solução do problema econômico

como centro da vida, sendo ainda uma ruptura com a finalidade transcendental da existência humana. Vejamos agora como o autor coloca essas argumentações:

Êsse sinal de contradição é que nos faz colocar em polos, aparentemente opostos, os dois grandes movimentos econômicos básicos da sociedade contemporânea – o capitalismo e o comunismo (ATAÍDE, 1942, p. 162).

O capitalismo e o comunismo, portanto, constituem as duas tendências sociais contrárias e extremadas da sociedade contemporânea, tal como a vemos no meio da complexidade infinita dos fenômenos sociais modernos. [...] São ramos do mesmo tronco, ou antes, etapas sucessivas da mesma ruptura inicial com a finalidade transcendental da vida. (ATAÍDE, 1942, p. 163).

Dando prosseguimento à discussão, o autor vai traçando uma trajetória da propriedade e da economia e cita Marx colocando que as classes trabalhadoras tinham conseguido certa libertação através do desenvolvimento da propriedade agrícola:

Vimos que a economia medieval, informada em parte pelos princípios da sociologia cristã, subordinava a vida econômica à vida moral e na prática, segundo o testemunho insuspeito de Karl Marx, tinha chegado a uma libertação progressiva das classes trabalhadoras, pelo desenvolvimento da propriedade agrícola disseminada. (ATAÍDE, 1942, p. 163).

O autor segue a exposição fazendo referência a produção de Marx no que diz respeito ao processo histórico de desenvolvimento do capitalismo, sobretudo, o processo de acumulação capitalista:

[...] sofreu o capitalismo uma revolução completa ao passar de empírico a científico. Aquele processo de “acumulação” e de “concentração”, que Marx já tinha observado nas origens do capitalismo, veio realmente aglomerando cada vez mais a propriedade e criando os grandes monopólios contemporâneos. Outro processo, porém, que Marx não observou foi o da necessidade de uma justificação senão moral, ao menos política e humanitária, que se processou concomitante ao da acumulação e que veio a ser chamado de racionalização (ATAÍDE, 1942, p. 171).

Finalizando a exposição, vai se esboçando um movimento de apontar diferenças entre os dois sistemas, capitalista e comunista. Porém, o autor argumenta que o comunismo não nega os fundamentos do capitalismo, mas sim seus métodos:

O comunismo é o capitalismo do proletariado como o capitalismo foi o comunismo da burguesia. A diferença é muito maior entre classes que entre regimes. [...] O comunismo não vem negar os fundamentos do capitalismo e sim apenas os seus métodos. Não vem repudiar a obra da mecanização da vida moderna iniciada pelo capitalismo e sim completá-la. Não vem negar que a economia seja a base principal de todas as civilizações, mas ao contrário, sustentar que a economia é a base única de todas as civilizações. Não vem reagir contra aquele fenômeno de acumulação e concentração de capitais que Karl Marx via como fonte de todo o capitalismo moderno, mas, ao contrário, apressar e universalizar a obra de concentração, acumulando todo o capital existente e concentrando toda a vida econômica nas mãos do Estado. Não vem desconsiderar as atividades comerciais e industriais, mas ao contrário, declarar que são elas as únicas produtivas, as únicas que devem

constituir a nova aristocracia do trabalho que virá substituir a aristocracia do sangue, do tempo feudal e a aristocracia do dinheiro, do tempo burguês (ATAÍDE, 1942, p. 173).

Em suma, ao final da exposição da presença das teorias marxianas no manual de Tristão de Ataíde, podemos notar uma relação interessante: o autor se vale, em alguns momentos, das contribuições de Marx, sobretudo no que tange a sua crítica à sociedade guiada pelo capital. Uma vez que, na concepção da Sociologia Cristã ou Finalista, a economia deve se basear no homem e suas necessidades, uma sociedade que tem a economia baseada unicamente no capital traria danos à dignidade dos filhos de Deus. Para sustentar essa ideia, o autor mobiliza Karl Marx e sua minuciosa obra sobre o sistema capitalista a fim de endossar certa crítica. Entretanto, não deixa de também criticar o filósofo alemão, colocando que a superação do capitalismo, proposta por Marx, terminaria apenas por substituir o polo das opressões, uma vez que os indivíduos e a própria economia seriam subordinados ao Estado proletário.

Prosseguindo para o manual *Noções de Sociologia* de autoria da Madre Francisca Peeters, verifica-se a presença da teoria marxiana no capítulo “O comunismo adversário da propriedade privada” que está inserido na terceira parte do livro intitulado “A repartição e distribuição”, como se verifica no seguinte quadro:

Quadro 04. Presença da teoria marxiana no manual *Noções de Sociologia*

Localização	
Capítulo	Tópico
A repartição e distribuição	O comunismo adversário da propriedade privada

Fonte: Elaboração própria.

A discussão está organizada da seguinte forma: Doutrina de Marx e de Lassalle; O comunismo e o sindicalismo revolucionário; e Refutação das doutrinas comunistas; as contribuições teóricas de Marx são expostas de forma objetiva e sistematizada em pontos, como será demonstrado. Quando busca diferenciar Marx de Lassalle, a autora coloca o materialismo histórico como o princípio fundamental da obra do primeiro, bem como remete à noção de Luta de Classes:

Uma palavra os caracteriza: – Materialismo Histórico. Segundo Marx, toda a história, – seja das instituições, dos costumes, das leis, da literatura, da arte, da religião, das relações sociais etc. – tem como única base a Produção. [...]Ele afirma que em todos os tempos e lugares, os homens estão divididos em dois campos em luta: os ricos e os pobres, os donos e os escravos, os capitalistas e os proletários. A luta de classes é inevitável e benéfica; é o

fermento da massa social e o motor da evolução histórica.(PEETERS, 1938, p. 108).

Peeters finaliza a sua exposição sobre Karl Marx enumerando as preposições básicas de seu pensamento: “[...]1. O capital é o fruto do roubo cuja vítima é o proletário; 2. E’ o instrumento da sua opressão; 3. Acumula-se e concentra-se rapidamente em poucas mãos; 4. Prepara assim o cataclismo que substituirá o coletivismo ao regime social atual.”(p. 108). Apresentando os principais pontos da teoria marxiana, a autora empreende uma proposta de refutação criticando primeiro a validade do materialismo histórico, apresentando outros eventos históricos mais determinantes do que as relações de produção:

Não nos será difícil demonstrar, quer pelos fatos históricos, quer pela análise dos motivos que guiam os homens, a falsidade do princípio materialista de Marx. As maiores transformações sociais que a história registra foram: o advento do Cristianismo, as conquistas árabes, a Renascença, o protestantismo, a revolução francesa, a guerra de 1914-1918. (PEETERS, 1938, p. 109).

Francisca Peeters continua sua exposição afirmando que a ação dos homens são impulsionadas por outros motivos que estão além da esfera econômica, sendo estes “[...]aqueles para os quais se aceita a morte: ninguém se deixará matar, por interesses econômicos” (p. 110). Em seguida aponta alguns exemplos dessas motivações: Amor pela independência (faz menção à história da Grécia, Roma, Polônia e Irlanda); Ambição; Vaidade que superaria o desejo do bem-estar; a Fé religiosa que faz suportar o exílio, a perseguição e a morte; as Tradições; e as Afeições pessoais. No que diz respeito ao conceito de luta de classes, a autora coloca que interesses contrários não são necessariamente lutas ferozes e que esse sentimento de luta se deve a fomentação do ódio por meio de discursos aos operários, como se pode notar no trecho recortado:

Esta luta de classes não existiu sempre entre possuidores e proletários. Longos períodos houve na história em que reinou a tranquilidade social. As classes sociais estão em nossa época muito mais numerosas do que o poderia fazer supor a classificação de Marx: e esta multiplicidade é de molde a moderar a luta que pode existir entre elas. Uma certa oposição de interesses não se deve confundir com uma luta sem tréguas. A maior parte dos operários não se abalaria, se não ouvisse a todo momento incitações ao ódio: ‘A religião é o ópio do povo... o patrão é o inimigo’ etc. (PEETERS, 1938, p. 110).

No que tange aos princípios econômicos da teoria marxista, a autora concentra-se em dois pontos: a teoria do valor e a concentração de recursos em níveis cada vez maiores causada pelo sistema capitalista. Sobre o primeiro ponto, argumenta que apesar do autor alemão entender o valor como cristalização do trabalho braçal, existem produtos que possuem

valores imensos sem, necessariamente, terem custado trabalho como seria o caso da descoberta de minas de ouro e diamante, bem como existiriam mercadorias que apesar de muito trabalho empregado rendem muito pouco, sendo o caso de dois vinhos produzidos com trabalho igual, porém, com valores diferentes devido a qualidade do solo (exemplos oferecidos pela autora). Já no que diz respeito à alta concentração de renda nas mãos de poucos indivíduos, Peeters basicamente argumenta que apesar da formação de fortunas enormes, verifica-se também o surgimento de fortunas médias e salários que se constituem como pequenas fortunas, concluindo que Marx termina por generalizar os abusos, que de fato ocorrem no sistema capitalista, abusos estes que podem ser verificados também em outros sistemas econômicos.

Seguindo a exposição, trataremos neste momento sobre o manual *Sociologia Cristã* de autoria de Guilherme Boing, diferentemente dos outros manuais visualizados até aqui, verifica-se um longo capítulo específico para as contribuições de Karl Marx, para além deste capítulo encontramos também mais duas aparições da teoria marxiana no manual, como pode-se notar no seguinte quadro:

Quadro 05. Presença da teoria marxiana no manual *Sociologia Cristã*.

Localização	
Capítulo	Tópico específico
Sociologia	A escola econômica de Karl Marx e Fr. Engels
O Marxismo	Capítulo inteiro
Questão da classe operária	As causas e a verdadeira Situação

Fonte: Elaboração própria.

A primeira menção à teoria de Marx na obra fica localizada no primeiro capítulo intitulado “Sociologia”, o autor organiza as vertentes sociológicas em três escolas: a) A escola puramente intelectual ou psicológica de Augusto Comte; b) A escola biológica ou orgânica de Herbert Spencer; e c) A escola econômica de Karl Marx e Fr. Engels. Dedicar apenas um breve parágrafo para o item referente ao filósofo alemão, como pode-se verificar:

[...] c. A escola econômica de Karl Marx e Fr. Engels. Segundo estes, toda a evolução social é dirigida e estimulada, não por fatores biológicos ou intelectuais, senão por fatores econômicos. A situação social, política, intelectual, religiosa, moral, jurídica e estética de uma sociedade é nada mais do que o reflexo das relações de produção existentes. Eis a idéia diretriz do

materialismo histórico, conforme mais adiante exporemos. (BOING, 1938, p. 21).

Seguindo a exposição, como já citado anteriormente o autor dedica um capítulo específico intitulado “O Marxismo”, contendo 46 páginas (valor bastante considerável se comparado aos outros manuais) buscando expor o sistema teórico proposto por Marx. Este longo capítulo está estruturado da seguinte forma: 1. Breve biografia de Marx e suas obras, além de apresentar seu grande parceiro intelectual Friedrich Engels; 2. Comparação da teoria marxiana com alguns outros sistemas; 3. Os grandes fundamentos do Marxismo: I - O aspecto filosófico do Marxismo: A filosofia materialista da história, II - As teorias econômicas do Socialismo Científico; 4. Conclusão. Será empreendido o esforço de apresentar de maneira sistematizada e resumida os principais pontos de cada item que compõem o capítulo.

No primeiro tópico, o autor apresenta informações básicas da biografia de Karl Marx e de Friedrich Engels, apontando dados como data de nascimento, produção intelectual e algumas informações sobre os deslocamentos geográficos que Marx precisou fazer por conta de perseguições, o autor não utiliza mais do que dois parágrafos para expor estes dados. Já no segundo tópico, o autor realiza três comparações com o marxismo: I. A diferença entre o Socialismo Utópico e Científico; II. Diferenciação com o sistema de Lassalle; III. e as Relações entre a teoria marxiana e o Liberalismo.

O autor aponta que a diferença entre os socialistas utópicos e científicos se baseava em três aspectos: a) Na crítica da sociedade atual, em que os utopistas criticavam-na por que não consideravam os princípios de liberdade, igualdade e justiça, já Marx coloca que não há princípios imutáveis; b) os utopistas imaginam um estado ideal para o futuro baseado na sua fantasia individual, enquanto Marx rejeitando este posicionamento, determina que o desenvolvimento terminará em um estado socialista; c) Os utopistas buscam provar a possibilidade de socialismo pelas experiências, enquanto Marx acha esse procedimento desnecessário uma vez que o socialismo virá necessariamente.

No que diz respeito a diferenciação entre o marxismo e o socialismo proposto por Lassalle, o autor novamente elenca três pontos de discordância: A rejeição de Marx à lei férrea do salário de Lassalle; Enquanto Lassalle sugeria a fundação de cooperativas produtivas auxiliadas pelo governo para apressar o socialismo, a teoria marxista rejeita tal proposição, uma vez que é necessário que a situação dos operários “[...] se torne não horrível que o Socialismo se apresente como uma necessidade evidente”(p. 64); Lassalle queria um Socialismo Nacional, enquanto que o Socialismo Científico exige um movimento socialista internacional.

Quando busca expressar as relações da teoria marxiana com o Liberalismo, o autor argumenta que apesar do socialismo e liberalismo parecerem diametralmente opostos, na verdade estão intimamente ligados e para fundamentar esta colocação indica que o Socialismo aparece como “[...]uma reação às consequências desastrosas do individualismo”(p.65). Além disso, os princípios socialistas seriam idênticos aos dos liberais em três aspectos: 1. A defesa da filosofia ateísta; 2. No campo político, ambas as posições defendem a liberdade e igualdade para todos; 3. Na economia as aproximações seriam necessariamente na teoria do valor, o autor coloca que Adam Smith e David Ricardo (grandes nomes da economia política inglesa) estariam alinhados com Marx no que tange o pressuposto de que o trabalho é a única fonte de valor.

No tópico sobre os fundamentos do Marxismo, o autor subdivide a exposição em dois momentos: I. O aspecto filosófico do Marxismo: A filosofia materialista da história; e II - As teorias econômicas do Socialismo Científico. No primeiro item sobre a filosofia materialista da história, o autor faz a sua exposição colocando que o materialismo histórico é composto por três partes: O materialismo de Feuerbach; O método dialético de Hegel; e A essência do materialismo histórico (elaborado por Marx e Engels), quando finaliza a exposição da primeira parte, é realizada uma Crítica do materialismo histórico com base nessas três partes.

Guilherme Boing coloca como aspecto mais geral do sistema filosófico de Marx o embasamento histórico, sendo assim, sua filosofia “[...]nada mais é do que uma explicação dos fatos históricos, sobretudo da vida econômica”(p. 67). Prosseguindo o desenvolvimento do conteúdo, o autor mobiliza dois conceitos importantes, o Materialismo e a Luta de Classes, vale a pena trazer aqui a definição fornecida para a primeira noção:

O Materialismo é um sistema filosófico que afirma existir só matéria. Não há um Deus espiritual que dirige e governa tudo; não há espíritos, nem alma espiritual. O homem é um simples animal muito bem desenvolvido. Nossos pensamentos, nossas idéias, por mais imateriais que pareçam, são unicamente produtos do movimento da matéria, da massa cerebral. As idéias, portanto, são só formas particulares de matéria. (BOING, 1938, p. 68).

Quando trata da noção de Luta de Classes, o autor coloca que as relações sociais ou de propriedade não acompanham em harmonia as forças produtivas, uma vez que o desenvolvimento é muito mais rápido, como consequência disso nasce um mal-estar na sociedade e originando-se assim a luta entre a classe dos ricos e dos pobres, até o dia em que as relações sociais estejam de acordo com as forças produtivas. O autor indica que a luta de classes possui um duplo elemento doutrinário: a) Toda a história tem sido a história da luta de classes; b) Só por meio da luta de classes a humanidade poderá chegar ao progresso.

Finalizando esta primeira parte, é apresentada uma crítica ao materialismo histórico onde se busca apresentar inconsistências nas bases filosóficas da teoria marxiana. Primeiramente é feita uma advertência incisiva: o materialismo histórico contém teses inteiramente inaceitáveis para o indivíduo católico, especificamente as teses da não existência de verdade absoluta ou moral absoluta, a teoria da Luta de Classes, e a religião como reflexo das relações econômicas. Vejamos como o autor se refere a incompatibilidade dos ideais cristãos com a dialética Hegeliana (base importante do materialismo marxiano):

Nenhum católico pode aceitar a Dialética de Hegel, por ser ela contrária à Fé, pela qual sabemos que as verdades, reveladas por Deus são imutáveis e eternas. Deixando o ponto de vista sobrenatural para ficar só no terreno material, a Dialética de Hegel é inaceitável. Nossas idéias universais têm o caráter necessário e imutável.”(BOING, 1938, p. 75).

Seguindo para o apontamento das contradições do materialismo histórico com os seus próprios princípios teóricos, Guilherme Boing afirma que esta doutrina termina não cumprindo com o seu princípio de não existência de uma verdade absoluta na medida em que afirma que o método dialético é o único verdadeiro, estabelecendo então uma verdade incontestável. Além disso, o autor aponta para a contradição no que diz respeito ao caráter evolucionista da doutrina, uma vez que o materialismo dialético propõe que depois da luta de classes não haverá mais progresso, o que iria contra as bases de uma doutrina evolucionista já que tem como característica o pressuposto de que a sociedade humana está em um contínuo processo de evolução. Tais apontamentos fazem com que o autor faça a seguinte inferência: “O método dialético é, portanto, contrário à Revolução e à simples razão; praticamente é negado pelos socialistas principais e totalmente rejeitado pelos marxistas modernos” (p. 76).

As propostas de refutação continuam tendo como foco dois aspectos teóricos: a validade da teoria da luta de classe; e a validade da noção de superestrutura. No que diz respeito ao primeiro aspecto, o autor admite que a história de fato registra muitos choques entre classes, entretanto, seria um erro histórico afirmar que toda a história tenha sido a história da luta de classes, para embasar seu argumento, recorre a exemplos da historiografia:

As grandes guerras entre os Assírios, Egípcios, Medas e Persas, depois entre os Gregos, Macedônios e Romanos, entre Roma e Cartago, trouxeram grandes modificações no progresso da humanidade. Entretanto, que tudo isto teria sido uma sintonia da luta de classes, ninguém aceita. A história demonstra, pelo contrário, a influência predominante de outros fatores, a saber, dos religiosos. A influência que a religião e a Moral tiveram na história é enorme. (BOING, 1938, p. 77).

Ainda sobre a crítica à luta de classes, o autor aponta para o caráter de ódio e revanchismo neste conceito marxiano, argumentando que aceitar a luta de classes como único

meio para o progresso é uma atitude contrária à própria fé cristã, uma vez que Deus guia a humanidade com sua providência paternal e seu amor, contrapondo-se a tese do ódio de classes como motor do desenvolvimento histórico. Para embasar sua posição, Guilherme Boing recorre ao Papa Leão XIII no que diz respeito à questão social:

Por isso Leão XIII já disse: ‘Um erro capital ao tratar da questão social, está em apresentar a relação recíproca entre os ricos e os pobres como se êstes estivessem irreconciliavelmente um contra o outro, e como se fosse necessária a luta pela vida. O contrário é verdade. A natureza ordenou tudo para uma colaboração em perfeita harmonia.’ O Papa não nega, portanto, o fato da luta de classes, mas condena a teoria da luta de classes como único meio. (BOING, 1938, p.79).

Já sobre a validade da noção de superestrutura em que os conceitos religiosos, filosóficos, morais, jurídicos e políticos seriam um simples reflexo da situação econômica, o autor afirma que os fatos demonstram a falsidade desta tese, já que como seria possível que povos com uma estrutura econômica idêntica pudessem apresentar ideologias diferentes e paralelamente, nações com a estruturas econômicas diversas possuíssem a mesma ideologia, dessa forma, as relações econômicas não seriam a única causa de determinação do progresso.

Como dito anteriormente, Guilherme Boing organiza sua exposição sobre o Marxismo em duas partes, uma primeira sobre seus fundamentos filosóficos e uma segunda sobre a teoria econômica, tendo esmiuçado o primeiro aspecto, podemos agora nos preocupar com o segundo. Ao tratar sobre as teorias econômicas do Socialismo Científico, a exposição está estruturada nos seguintes pontos: A relação com a teoria filosófica; A teoria sobre o Valor; O valor excedente; A teoria da concentração ou aglomeração; A teoria do empobrecimento e da reserva industrial; e A teoria das crises e da ruína. Em seguida, assim como quando tratou das bases filosóficas, o autor apresenta uma crítica das teorias econômicas buscando refutar cada ponto elencado anteriormente da teoria econômica marxiana.

Iniciando sua exposição pelo tópico referente à teoria do valor, verifica-se que o autor realiza a distinção entre valor de uso e valor de troca, sendo o primeiro referente à capacidade de um objeto satisfazer a qualquer necessidade humana, e o segundo diz respeito sobre quanto um objeto pode ser trocado por outros objetos, dessa forma o autor coloca que para teoria de Marx o trabalho é a única fonte de valor de troca. Dito isto, a exposição sugere que para entender o trabalho como única fonte de valor de troca é necessário se atentar para cinco pontos: a) o valor de troca consiste no trabalho que foi empregado; b) só objetos que têm valor de uso, possuem valor de troca; c) a soma de trabalho determina a quantidade de outros objetos com os quais se pode trocar; d) o trabalho que determina o valor é o trabalho humano

abstrato e não o trabalho concreto; e) é preciso considerar a média do trabalho necessário para produção da mercadoria na determinação de seu valor.

Seguindo a exposição do autor, o próximo tópico refere-se ao valor excedente. Quando empreende uma definição desta noção fica claro que esta se referindo ao conceito de Mais-valia ou Mais-valor, como pode-se verificar no seguinte trecho:

Marx continua e pergunta: qual é agora o aspecto especial no trabalho? E ele responde que seu valor de uso é maior do que seu valor de troca ou comercial. Pois um patrão pode empregar, perfeitamente, um operário durante 12 horas, enquanto o valor de troca ou comercial só vale seis horas. Se ele o fizer então não comete, segundo a justiça atual, nenhuma injustiça, visto que, comprando um objeto por seu valor de troca ou comercial, eu tenho direito a seu valor de uso, sua utilidade. O que está errado, segundo Marx, é o modo capitalista da produção, cuja essência faz com que o valor excedente fique em favor do patrão. (BOING, 1938, p. 85).

O capítulo segue explorando mais três aspectos teóricos: A concentração; Empobrecimento e Reserva Industrial; e a teoria das crises e da ruína. No que tange a teoria da concentração, o autor informa que Marx evidencia a concorrência entre os capitalistas e a tendência de um grande capitalista minar muitos comerciantes pequenos, o que leva a concentração sempre maior das indústrias e o desaparecimento do pequeno comércio. Dando prosseguimento ao conteúdo, o autor apresenta a teoria do empobrecimento e da reserva industrial, dedicando pouco espaço para essa discussão, limita-se a informar que o melhoramento da técnica (maquinário) fez com que muitos operários fossem dispensados, formando assim uma massa de trabalhadores desempregados que formam o exército industrial de reserva.

O último aspecto teórico que faz parte da exposição, trata da teoria das crises e da ruína, que consiste na condição inevitável de que as condições de produção irão aniquilar a sociedade, já que alguns fatores como a superprodução, a paralisia dos negócios e as falências trazem a desordem completa expressas nas crises econômicas. Seria neste cenário de colapso do sistema capitalista que o Estado deveria tomar posse dos meios de produção, culminando na implementação do sistema socialista.

Assim como propôs uma refutação às bases filosóficas do materialismo histórico, o autor também tece uma crítica às teorias econômicas marxistas, especificamente para cada uma das teorias apresentadas anteriormente. Sobre a teoria do valor, o autor afirma que seria puro apriorismo de Marx afirmar que o valor seja unicamente produto do trabalho humano, colocando que um ponto decisivo seria o fato de que os mais diferentes objetos possuem um valor abstrato de utilidade para os homens. Assim como a noção de tempo de trabalho médio para definir o valor de uma mercadoria seria inviável, já que seria possível calculá-lo em uma

fábrica, mas, estendendo esse critério sobre um país ou para o mundo inteiro demonstra-se impraticável. Como desdobramento dessa pretensa refutação da teoria do valor, refuta-se também o conceito de valor excedente (mais-valia), uma vez que “se o valor de uma coisa não é determinado pelo tempo de trabalho necessário para sua produção, então desaparece igualmente o cálculo de Marx sobre o valor comercial da energia de trabalho e a da exploração pelos capitalistas.” (p. 92).

Dando andamento a sequência, é empreendida uma breve refutação da teoria do empobrecimento em que o autor afirma que a situação da classe operária melhorou significativamente em quase todos os países. Já finalizando as propostas de refutação, a teoria das crises e da ruína também teria se mostrado ineficaz, o autor coloca que as crises diminuíram e que o perigo foi maior durante o princípio do período capitalista.

A exposição é finalizada com uma breve conclusão, na qual Guilherme Boing reafirma que as teorias econômicas de Marx são contrárias aos fatos, assim como as suas teorias filosóficas não derivam de suas teses econômicas. É interessante observarmos nas próprias palavras do autor seu balanço geral acerca das contribuições de Marx:

As tendências progressivas a uma sociedade comunista, que Marx e Engels pretendiam descobrir em nossa moderna ordem econômica, não existem. Pelo contrário, os fatos demonstram que o desenvolvimento hodierno não vai na direção do Socialismo. Assim todo o sistema de Marx foi um enorme engano. (BOING, 1938, p. 98).

Uma vez realizada esta detalhada apresentação de como cada manual de sociologia católica apresenta o marxismo, torna-se possível construirmos um quadro geral das principais características dos mesmos. Pensando nesses manuais em conjunto, podemos nos deter sobre a seguinte questão: Que marxismo é apresentado por esses manuais? Bom, para responder tal questionamento neste trabalho, nos atentemos para os seguintes aspectos já explorados ao longo desta seção: Como o marxismo é enquadrado (teoria econômica, doutrina filosófica, corrente sociológica, etc); As discussões em que as contribuições de Marx estão inseridas; Os conceitos evocados na exposição; Argumentos construídos para refutar a obra do filósofo alemão. Olhar para tais aspectos permite que possamos perceber o que estes autores absorveram como pontos nevrálgicos da extensa obra de Karl Marx, além de podermos observar como tais escolhas se alinham aos interesses e filiações destes autores.

Nestas obras verificamos que o Marxismo, geralmente, é enquadrado como uma Filosofia Social ou Doutrina Econômica (FONTOURA, 1942), Doutrina Filosófica (PEETERS, 1938), associado ao Socialismo Científico (ATHAYDE, 1942); mas, também é citado como uma escola sociológica de vertente econômica (BOING, 1938).

Outro detalhe interessante é que apenas no manual *Sociologia Cristã* de Guilherme Boing as contribuições de Marx têm um capítulo específico, nas outras obras estão presentes geralmente em discussões sobre economia (tipos de propriedade, regimes econômicos, relações entre as mudanças econômicas e a Moral) e sobre a questão operária. Marcelo Cigales (2019) em sua tese de doutorado indica tal tendência, sendo esta seara de discussão econômica o alvo de críticas destes autores como veremos mais adiante. Nota-se também a inserção dos conteúdos sobre Marx em discussões sobre ordem social e progresso, bem como em relação à estrutura social.

Para além do enquadramento teórico e dos temas onde se insere, os conceitos marxianos mobilizados pelos autores para suas exposições também constituem dado importante para traçar o marxismo retratado nestes manuais. Pode-se perceber ao longo desta seção citações aos seguintes conceitos: Classe Social; Luta de Classes; Mais-Valia; valor; Superestrutura e Infraestrutura; Exército Industrial de Reserva; Concentração e acumulação capitalista; Pauperismo e Ditadura do Proletariado.

Como já citado anteriormente, todos manuais analisados propõem refutações aos constructos teóricos de Marx, sobretudo no que diz respeito às teorias econômicas. Tais críticas se baseiam necessariamente nos seguintes pontos: O materialismo histórico seria inválido, uma vez que outros fatores teriam exercido maior influência no curso da história em comparação ao determinismo econômico (como a Moral e a Religião), o que se estende ao conceito de Luta de Classes como motor da história; Sobre o conceito de Mais-valia, buscam justificar o lucro obtido pelos patrões, uma vez que a posição destes demandaria maior complexidade e sujeição a riscos, sendo justo que ganhem mais que os empregados; Percebe-se também uma tentativa de naturalizar as desigualdades entre os homens, já que Deus teria criado os homens cada um com suas especificidades e aptidões diferentes, tendendo para agrupar-se com seus semelhantes, impossibilitando a superação das classes sociais.

Em suma, após esta longa e detalhada apresentação dos conteúdos que versam sobre o marxismo, outro ponto verificado é que a exposição desses conteúdos seguem a lógica de estruturação já observada por CIGALES (2019) que consiste em explicar, combater e prescrever, estrutura que objetiva legitimar o discurso da Igreja Católica baseado em sua doutrina social expressa nas encíclicas papais *Rerum Novarum*, *Quadragesimo Anno* e *Divinis Redemptoris*.

4.2. Uma análise relacional da recepção católica ao marxismo em seus manuais de sociologia

Nesta seção busca-se empreender uma análise relacional nos termos teóricos do sociólogo francês Pierre Bourdieu, uma vez que já acumulamos dados suficientes para responder uma pergunta que muito nos interessa nesta pesquisa: Por que o marxismo se estruturou dessa maneira nos manuais católicos? Tendo em vista esta indagação, verificou-se ao longo deste trabalho primeiramente uma investigação histórica das oposições entre Igreja e Ciência, Igreja e Marxismo, além da disputa pela hegemonia educacional entre católicos e renovadores laicos no Brasil nas décadas de 1930 e 1940. Seguindo este esforço, debruçamo-nos sobre a biografia dos autores destes manuais, as editoras em que publicaram suas obras, buscando coletar dados sobre suas posições no espaço social, as posses de capitais (econômico e cultural) e por fim, buscamos apresentar sistematicamente como o marxismo está presente nos manuais produzidos por estes autores.

Por meio da teoria Bourdieusiana poderemos realizar este elo entre o macrocosmo e o microcosmo, evidenciando as marcas das disputas que ocorrem no campo educacional e que se fazem presentes nos manuais de sociologia. Feitas tais considerações, começemos por fazer uma primeira colocação: ressalvadas as especificidades do contexto brasileiro (que serão retomadas adiante), a posição no geral combativa destes manuais perante o marxismo segue as diretrizes que a Igreja Católica de Roma tomou em relação a obra de Marx.

Em fins do século XIX, a Igreja passou a produzir cartas encíclicas que buscavam oficializar e divulgar o posicionamento eclesial em relação a preocupações e temas coetâneos, uma vez que a Igreja passou por um longo e gradual processo de perda da sua hegemonia na Europa desde a derrocada do feudalismo (HUBERMAN, 1981). No século XIX, já tendo sido consumada a revolução burguesa e o surgimento de uma nova ordem social baseada nos ideais iluministas, com base econômica no sistema capitalista, o clero buscou manter sua influência ao menos no campo educacional e da opinião de seus seguidores, onde ainda mantinha relativo domínio (PIRES, 2015).

As cartas encíclicas produzidas pelo Papa Leão XIII e Pio XI buscaram justamente defender a proposta de ordem social cristã em detrimento a correntes de pensamento conflitantes com os ideais cristãos, dessa forma, o marxismo foi rebatido tendo como referência o debate em torno da Questão Social. Como trabalhado na segunda seção desta pesquisa, a questão social ou operária, termo cunhado para denominar a situação das condições de vida dos trabalhadores no modo de produção capitalista (tais como a ascensão

do pauperismo entre as massas), tornou-se alvo da Igreja Católica, já que outras ideias sobre esse fenômeno obtiveram relevância como a análise científica de Marx sobre o sistema capitalista e suas inferências acerca da tendência de cada vez mais maior empobrecimento dos trabalhadores como parte essencial da sustentação desse regime econômico.

A situação de latente conflito social de classes pôde ser observada em eventos contundentes no contexto europeu, como a Comuna de Paris em 1871 e a Revolução Bolchevique de 1917. Mediante esses eventos, a Igreja passa a expressar sua doutrina social condenando as contribuições marxianas na medida em que prescreve suas próprias soluções e recomendações para uma ordem social cristã que abarque os problemas da sociedade da época.

As encíclicas produzidos pelos bispos de Roma, tomados em conjunto apontam necessariamente para a dimensão econômica dos escritos de Marx, especificamente no que tange às questões da luta de classes, buscando apontar as desigualdades sociais e a situação do pauperismo, entretanto, enfatiza a impossibilidade de igualdade na sociedade civil uma vez que Deus fez os homens diferentes e com aptidões também desiguais, sendo necessário essa diversidade de posições para o bom funcionamento da sociedade. Dessa forma, a luta de classes como postulada por Marx é um total absurdo pela sua intangibilidade de objetivos (já que nunca os homens estarão em posições iguais) e pela fomentação de ódio e rancor entre os filhos de Deus no seio da sociedade cristã.

Quando observamos a exposição do marxismo nestes manuais e os argumentos nos quais se baseiam as propostas de refutação, percebemos que os autores seguem esses posicionamentos gerais da Igreja frente ao marxismo mesmo que não façam menção direta às encíclicas papais. Antes de tudo, observou-se que as contribuições de Marx surgem nos manuais majoritariamente nas discussões sobre economia (regimes econômicos, tipos de propriedade, etc), assim como as refutações se direcionam em pontos como a validade da tese da luta de classes como motor da história, bem como a validade da teoria do valor e a mais-valia.

É interessante destacar, como se nota na primeira parte desta seção onde expomos como os conteúdos se apresentam nesses manuais, que as refutações se baseiam em argumentos que minimizam o poder de determinação da esfera econômica e da luta de classes sobre os fatos históricos (Peeters; Boing), bem como resgatam a ideia de impossibilidade de alcançar a igualdade entre os homens (Fontoura), verificou-se também tentativas de refutação da proposição de Marx sobre o mais-valor baseada na justificação do lucro por parte do patrão já que sua função exige maior complexibilidade, uma vez que organiza todo o processo de

produção e corre os riscos das intempéries do mercado (Fontoura), percebe-se também indicações sobre o sentimento de ódio fomentado pela noção de luta classes (Peeters) e como essa conduta é contrária aos princípios da fé cristã (Boing).

Algumas destas bases argumentativas estão em consonância com o que foi proposto nas encíclicas papais, a própria ênfase no aspecto econômico da obra de Marx verificado nos manuais também se aproxima do foco das críticas do clero, além de que a forte rejeição a noção de luta de classes colocada como fonte de inimizade e ódio entre os homens. Nessas primeiras inter-relações que estabelecemos, percebe-se antes de tudo, a influência das diretrizes vindas de Roma na forma como o marxismo é apresentado nos manuais, evidenciando esse caráter unificador da Igreja no esforço de combater cosmovisões contrárias aos seus princípios, tomamos então como primeira constatação dos fatores que excedem o manual e os marcam, a oposição entre Cristianismo e Marxismo, o que nos leva consequentemente a perceber que tal oposição faz parte de processos sociais ainda mais complexos, como a perda da hegemonia política, econômica e ideológica da Igreja na Europa ocidental, bem como o estabelecimento e consolidação de uma nova ordem social e econômica que produz novas condições de existência e, consequentemente, novas reflexões sobre a sociedade, como o marxismo.

Entretanto, estas relações com tais contextos externos de ordem macrossocial não bastam para satisfazer nossa análise relacional acerca dos conteúdos marxianos nestes manuais, dessa forma, torna-se necessário levar em consideração o campo educacional brasileiro no período em que essas obras foram publicadas, bem como a posição destes autores no espaço social, atentando-nos para a distribuição dos capitais (cultural e econômico) entre os mesmos, de modo que possamos evidenciar de forma mais detalhada e clara as escolhas objetivas feitas por estes agentes nas suas obras.

Observamos na seção primeira, através de Saviani (2013), que a Igreja Católica obteve o monopólio da educação desde a consolidação da colonização portuguesa, porém, sob a órbita e vista do estado brasileiro. Já em fins do século XIX, começou-se o processo de separação entre Estado e Igreja que se concretizou com o estabelecimento da república e o processo de secularização e laicização, como consequência, o poder eclesiástico passou a ter sua influência no campo educacional reduzida pela presença de outros agentes que possuíam projetos de sociedade diferentes.

É justamente no caminhar destas mudanças, que Saviani (2013) aponta para a disputa entre católicos leigos que buscavam manter a posição da Igreja e de seus ideais no projeto educacional brasileiro e os renovadores laicos adeptos da Escola Nova que agora ocupavam

os cargos da burocracia do estado, a Sociologia Católica emerge, então, como um desses esforços da reação católica.

Antes de pensar na posição social dos autores das obras aqui analisadas, seria interessante debruçarmo-nos um pouco mais na estruturação do campo educacional configurado no contexto dessas disputas, já que para melhor compreensão das escolhas dos autores é proveitoso entender as gratificações ou prêmios que estão em jogo no campo, suas regras e a partir disso situar os autores e suas estratégias. Outro fator importante a ser destacado o qual foi melhor trabalhado nesta pesquisa, é que essa disputa no campo educacional converge com o momento de institucionalização da Sociologia no Brasil, apesar de até o momento pesquisas indicarem a presença da sociologia escolar em escolas normais já no final do século XIX como a experiência no Amazonas verificada por Bodart; Cigales (2021)¹⁶, porém, apenas na década de 1930 é que surgem os primeiros cursos de ensino superior de sociologia, bem como o status de obrigatoriedade da disciplina como componente curricular nacional, através da Reforma Francisco Campos em 1931.

Para compreender o campo educacional brasileiro neste período faz-se necessário ter em vista a complexidade de relações existentes no cenário político do período. A década de 1930 é marcada pela Revolução que levou Getúlio Vargas ao poder, e a Revolução Constitucionalista de 1932 que culminou no conflito entre as forças federais do estado brasileiro e as forças do estado de São Paulo, percebe-se então que é um período de mudanças nas estruturas do poder. Apoiando-nos novamente nas contribuições de Saviani (2013), a Revolução de 1930 delineou-se como um projeto da ascendente hegemonia da burguesia industrial que destituiu a elite do Café. A reorganização da educação estava nos planos desta nova elite, dessa forma, a consequência política da Revolução foi o “Estado de Compromisso”, em que a máquina pública atuou como agente dos projetos da burguesia industrial.

Diante desta configuração política, grupos de interesse como os renovadores e os católicos, forças que surgiram na década de 1920 concorrendo pela hegemonia pedagógica, tendiam para o mesmo destino: atuar como dispositivos de sustentação deste “Estado de Compromisso” (Saviani, 2013) e um exemplo deste curioso arranjo é a instituição do ensino religioso na educação básica pela Reforma Francisco Campos em 1931, um escolanovista levando adiante uma das reivindicações dos católicos. Em 1930 o governo criou o Ministério

¹⁶ Refiro-me à presença da Sociologia na década de 1890 no Instituto Normal Superior, no Gymnasio Amazonense e na Escola Normal no estado do Amazonas.

da Educação e Saúde encabeçado pelo jurista Francisco Campos, o novo órgão instituiu uma série de decretos que buscavam reorganizar e modernizar a educação no país como os seguintes: Decreto n. 19.851/1931, que lança diretrizes para o ensino superior no Brasil; Decreto n. 19.890/1931, que organiza o ensino secundário; e o Decreto n. 19.941, que instituiu o ensino religioso nas escolas públicas. Estas legislações expressam a preocupação do novo governo em centralizar e tornar a educação uma questão nacional, buscando possibilitar a formação de indivíduos capazes de serem absorvidos pelo mercado de trabalho industrial que vinha em ascensão no país.

Após a consolidação do governo varguista, era necessário conter os ânimos da sociedade, assim como o anos 1920 foram de agitação social que culminaram nas revoluções de 1930, a burguesia industrial agora no poder buscava estabilizar o país e evitar novos tumultos, é justamente buscando este fim que alia-se a Igreja Católica. Fazendo referência ao período pós-revolução na França, Saviani (2013) coloca que assim como ocorreu na nação européia, a burguesia vitoriosa buscou uma aliança com a Igreja para conter o avanço do movimento operário (mesmo que tenha atacado veemente a instituição eclesiástica antes).

A atuação política de Francisco Campos demonstra essa relação de conveniência entre Igreja e o Estado, apesar de ser um dos adeptos do movimento renovador da Escola Nova, Francisco Campos demonstrava aproximações com pensamento autoritário (Saviani, 2013) com discursos baseados na manutenção da ordem, sendo inclusive autor da Constituição de 1937 que instituiu o período autoritário do Estado Novo¹⁷. A aliança de Campos com os católicos, expressada pela inclusão do ensino religioso na educação pública, demonstra essas aproximações conservadoras. É certo que a partir da publicação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932), as dissidências entre escolanovistas e católicos acirraram-se, porém, a partir destas informações verifica-se o papel dos católicos dentro do campo educacional brasileiro tendo em vista os objetivos das elites dominantes no período, da mesma forma que percebemos que para os católicos essa aliança era uma oportunidade de retomar parte do espaço na educação perdido durante a primeira república.

Diante disto, podemos indicar uma convergência entre a percepção do marxismo pelos autores católicos e a do Estado e da elite industrial. Percebemos ao longo da exposição desta seção a posição destes autores de buscar minimizar o elemento da luta de classes, inclusive evitando usar a terminologia marxista como proletariado e capitalista, primando muitas vezes

¹⁷ Vale a pena ressaltar que além de redigir a Constituição de 1937, Francisco Campos participou da redação do Ato Institucional nº 1 (AI-1) assinado em 09 de Abril de 1964 que estabelecia e consolidava o início da Ditadura Militar que perdurou até 1985.

pelos termos empregados e padrões e tentando sugerir soluções pacíficas para as questões operárias, o que indica uma perspectiva de estabilização e neutralização dos conflitos latentes, o que vai de acordo com os objetivos da burguesia industrial neste período. Tendo realizado essa série de relações entre o momento político e social do país, indicando para uma relação conveniente entre católicos e o Estado no novo projeto de sociedade, podemos agora realizar o elo entre esse contexto macro e a posição dos intelectuais por meio das informações expostas na segunda seção deste trabalho.

Os quatro autores que fazem parte do recorte desta pesquisa diferem quanto ao volume de informações biográficas disponíveis, porém, foi possível coletar o suficiente para podermos posicioná-los nessa economia dos capitais entre os intelectuais católicos. Alceu Amoroso Lima é destes o que aparece melhor posicionado no campo: dotado de notável capital econômico, uma vez que advinha de uma família de comerciantes do ramo têxtil, também possuía um capital cultural baseado na sua formação em direito e desde jovem produzindo obras de crítica literária e atuando na imprensa, possuía também relevante posição de liderança assumindo cargos de ponta em várias instituições leigas que formavam esta resistência católica, tornou-se logo a principal referência da Sociologia Católica. Participou também da fundação de instituições de ensino superior confessionais, como a PUC no Rio de Janeiro.

Dessa forma, verifica-se que este intelectual obtinha consideráveis capitais econômico e cultural, além de conexões políticas suficientes para tornarem-lhe a principal figura dentre o movimento católico neste período, o que reverbera no impacto de sua obra, sendo referenciado em outros manuais católicos. Corroborando também para sua posição frente ao marxismo, como verificamos anteriormente nesta seção, colocamos então que sua própria posição dentre os católicos e o lugar social que ocupava (participante de uma elite econômica) alinha-se com o seu discurso sobre as contribuições marxianas.

Em uma posição menos privilegiada que Amoroso Lima, mas com notável acúmulo de capitais sociais, Amaral Fontoura possui interessante posição social. Com as informações coletadas sobre sua biografia na seção anterior, verificamos que sua família detinha considerável posição na estrutura política e capital cultural: Seu avô paterno, Ubaldino Amaral, um jurista que ocupou cargos políticos importantes como prefeito do Distrito Federal (Rio de Janeiro) e foi senador pela província do Paraná, além de ter sido ministro do Supremo Tribunal Federal, já seu avô materno, Azevedo Marques foi um intelectual (historiador e geógrafo). Seu pai foi diretor do Ministério da Fazenda e sua mãe fundou uma escola em São

Paulo, o que demonstra em suma que detinha uma herança de capital econômico e cultural interessantes.

Formado em Direito (Universidade do Rio de Janeiro) e Filosofia (Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil) além do magistério, diferentemente de Amoroso Lima, dedicou-se com maior esforço ao exercício da docência tanto no ensino básico quanto em instituições de ensino superior. Amaral Fontoura produziu manuais escolares em outras áreas para além da Sociologia (Pedagogia, Matemática, Filosofia, História, Geografia, etc) e também produziu formações para professores, o que por si só já demonstra um capital cultural bastante direcionado para o campo educacional não no sentido de atuação política e de mobilização como Amoroso Lima, mas, no exercício do magistério em instituições católicas. Foi aluno de Amoroso Lima e toma-o também como referência em sua obra (o prefácio de seu manual Programa de Sociologia é redigido pelo mesmo).

Vislumbrando essa sistematização dos capitais possuídos por Amaral Fontoura, compreendemos melhor a abordagem que trás sobre o marxismo. Destaca que a obra de Marx é célebre e chega mobilizar o autor para endossar seu ponto de vista sobre como a economia medieval cristã possibilita condições mais dignas aos trabalhadores, dando a Marx certo reconhecimento, porém, mantém o padrão de refutar as teorias marxianas apelando para uma defesa do lucro do patrão (refutado o conceito de mais-valia), o que indica tanto sua filiação a perspectiva católica alinhado às ideias da doutrina social católica, quanto ao projeto das elites de amenizar a tensão de classes.

Seguindo esta análise, a autora Madre Francisca Peeters é uma representante direta do clero, nascida na Bélgica e formada em instituição confessional, ingressou na congregação cristã Irmãs de Santo André e veio para o Brasil por solicitação de um sacerdote local para abrir uma escola confessional da irmandade, lecionando as disciplinas de Sociologia, Latim, Filosofia, Matemática e Física. Com base nestas informações podemos colocar que o capital social possuído por esta autora está embasado na sua posição enquanto membro do clero, dito isto, seu posicionamento em relação ao marxismo se assemelha aos autores supracitados, especificamente quando busca desprover do materialismo histórico o papel de motor da história, apontando para outros fatores de ordens diferentes como mais determinantes. Aponta também para o caráter desordeiro e fomentador de ódio da luta de classes, mais uma vez demonstrando alinhamento para com o posicionamento oficial da Igreja.

Por fim, sobre o Padre Guilherme Boing foram encontradas poucas informações que nos informam sobre a posse de capitais na perspectiva desta análise. Como vimos na terceira seção, porém, é importante primeiro destacar sua posição como agente direto do clero

enquanto sacerdote. Além disso, Guilherme Boing se fez presente no Primeiro Congresso Católico de Educação, realizado em 1934 pela Confederação Católica Brasileira de Educação, neste congresso Alceu Amoroso Lima e o Padre Leonel França também marcaram presença, o que nos permite inferir que o autor estava envolvido nas dinâmicas do campo educacional participando nas iniciativas de mobilização católica.

Outro dado importante levantado anteriormente, é que seu manual aqui analisado é uma adaptação da obra do Bispo holandês D. João D.J. Aengenent, demonstrando a posse de capitais simbólicos dentro do meio intelectual católico, uma vez que além de sacerdote, empreendeu participação ativa em eventos entre os pares e possuiu autorização para adaptar a obra de outro membro do clero.

Mobilizando a exposição da forma como o marxismo está presente no manual de Guilherme Boing, verifica-se que sua abordagem está alinhada tanto com os outros autores, quanto com a doutrina social católica, sobretudo quando busca refutar as ideias de Marx sobre a luta de classes, indicando que esta é contrária à própria fé cristã, pois vai contra os princípios da caridade e do amor, evocando o Papa Leão XIII por meio de uma citação direta de sua encíclica para embasar sua colocação. Além disso, quando coloca que outros fatores foram mais determinantes no curso da história do que a luta de classes, corrobora com o que foi exposto em outros manuais.

Tendo empreendido este esforço de relacionar a posição social destes autores e sua ocupação no campo educacional com a recepção ao marxismo, seria interessante agora acrescentar nesta análise o levantamento sobre as editoras em que estes autores publicaram suas obras. Na terceira seção foi esboçada uma investigação sobre as editoras, apontando algumas características: a) Todas as editoras estavam localizadas nas regiões Sul e Sudeste - Rio Grande do Sul (01), São Paulo (01) e Rio de Janeiro (02); b) Das quatro editoras que publicaram estes manuais, apenas a Editora Vozes é vinculada a uma perspectiva católica; c) Três destas editoras tiveram projeção nacional no século XX, segundo Hallewell (2005): Globo, Melhoramentos e Vozes.

Essas características evidenciam a região Sudeste e Sul como berço do mercado editorial brasileiro, assim como também são regiões centrais do país naquele período, observa-se então que estes autores estavam situados geograficamente em polos políticos e editoriais do país. É interessante colocar que alguns destes autores publicaram obras em outras editoras, como Amaral Fontoura que teve livros publicados pela pequena Editora Aurora do Rio de Janeiro e Alceu Amoroso Lima que teve outras produções publicadas pela

Livraria Schmidt uma editora carioca que tinha origens católicas (no início de suas atividades era denominada Livraria Católica).

Outro fator importante é que apenas uma das obras (*Sociologia Cristã* - Guilherme Boing) ter sido publicada em uma editora de fato católica, o que pode ser associado com o “boom” dos livros didáticos na década de 1930 que despertou o interesse de pequenas e grandes editoras que buscavam aproveitar a oportunidade de um mercado aquecido (Hallewell, 2005), terminando por não confinar a produção destes autores à editoras confessionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho de conclusão de curso teve como objetivo analisar a presença dos conteúdos que versam sobre o marxismo nos manuais de Sociologia Católica entre 1920 e 1940 no Brasil. Na segunda seção buscamos evidenciar uma série de oposições históricas como Igreja e ciência, Igreja e o Marxismo e sobretudo a disputa entre renovadores e católicos pela hegemonia das ideias pedagógicas no Brasil. Nesse esforço demonstramos que desde fins da Idade Média a Igreja Católica passou a perder sua hegemonia sobre a Europa Ocidental, domínio este tanto no campo da fé, quanto da economia e do conhecimento, com a ascensão da burguesia capitalista e da ciência moderna baseada nos ideais iluministas, o Clero passou a tentar manter sua influência em campos que ainda poderia fazer valer sua cosmovisão como o campo educacional. No meio desta nova forma de atuação, no século XIX a Igreja expôs sua doutrina social sobre as condições da sociedade industrial e passou a combater ideias contrárias às suas, como o marxismo no debate sobre a questão social.

Estes processos históricos também estiveram presentes no Brasil, de forma que na transição do império para a república, o laicismo e a secularização passaram a ser as bases das instituições, inclusive no campo educacional. Para além disso, as novas demandas com o fim da primeira república e a industrialização, provocaram novas configurações sociais e em meio a esse contexto surgem disputas, inclusive no campo educacional, com o embate entre escolanovistas e católicos conservadores que buscavam recuperar o espaço de influência perdido pela Igreja.

Tendo como base o referencial teórico de Pierre Bourdieu, buscamos analisar essa presença dos conteúdos sobre a teoria marxiana relacionando aspectos externos como o contexto de produção destes manuais e os aspectos internos referentes à própria estrutura dos mesmos, de modo que pudéssemos compreender a forma como foram expostos. Dito isto, a terceira seção deste trabalho buscou primeiro problematizar o manual como objeto de análise e em seguida buscou-se explorar a biografia dos autores de modo que possamos observar os capitais que possuíam. Em seguida, nos atentamos para as editoras nas quais publicaram suas obras para observar o alcance e as filiações destas, por fim apresentamos brevemente cada uma das obras.

Uma vez realizada essa ampla contextualização histórica na segunda seção e em seguida investigado os próprios autores e suas posições no espaço social, na quarta seção foi empreendida uma exposição detalhada de como o marxismo foi apresentado em cada uma das obras. Logo depois buscou-se mobilizar os dados expostos nas duas seções anteriores com os

conteúdos propriamente ditos, de modo que fosse realizada uma análise relacional da percepção católica sobre o marxismo presente nestes manuais. Verificamos que o marxismo geralmente aparece nessas obras diluído em outras discussões, majoritariamente quando se trata de economia ou mais especificamente nas discussões sobre regimes econômicos, regimes de propriedade ou em exposições sobre as escolas sociológicas.

Os conteúdos geralmente apresentam-se no seguinte movimento: a) é realizada uma exposição do pensamento de Marx, buscando ensinar a teoria do autor; b) Busca-se refutar algumas ideias marxianas na medida em que mobiliza-se a doutrina católica para prescrição. As refutações se dirigem em grande maioria à colocação da luta de classes como o motor da história, bem como a concepção materialista da história em que as relações de produção são as bases para se explicar as relações sociais.

Os autores católicos aqui analisados, quando buscam refutar as ideias de Karl Marx argumentam que outros fatores foram mais determinantes no curso da história do que propriamente a economia ou a tensões de classe, remetendo a feitos de povos antigos (guerras, ascensão de impérios) ou a religião como fatores mais decisivos.

Ainda no que tange à luta de classes e o próprio conceito de classe social, os autores buscam argumentar que os homens são desiguais naturalmente e que tendem a agrupar-se com seus semelhantes, o que impossibilitaria a superação de classes. Além disso, a luta de classes é uma ideia contrária aos princípios cristãos já que incita o ódio e o revanchismo entre os filhos de Deus. Os autores também buscam tecer refutações à ideia de Marx de que o lucro do patrão é um roubo, já que é fruto da extração de trabalho não pago aos operários ou seja, o conceito de mais-valia. Em geral, os autores argumentam que a função exercida pelo patrão é mais complexa e carrega mais riscos, dessa forma, é justo que este tenha mais direitos em relação aos rendimentos produzidos pela empresa, o que está amparado na ideia de que Deus fez os homens desiguais e que cada um deve fazer a sua função que traga harmonia ao funcionamento da sociedade.

Buscando realizar uma análise relacional da presença dos conteúdos sobre o marxismo nestes manuais, inferimos primeiramente que as cartas encíclicas papais tiveram considerável influência sobre a recepção do marxismo por estes autores. Os argumentos anteriormente citados e mobilizados para refutar as ideias de Marx, estão alinhados com a doutrina social católica que em linhas gerais, justificava a desigualdade entre os homens e as diferentes e necessárias funções (alguns precisam coordenar negócios e outros trabalhar) para manter a sociedade funcionando de forma harmoniosa. Assim como a solução para as tensões entre as classes sociais deveriam ser resolvidas pelas negociações entre as partes, e não por meio de

uma luta de tomada de poder, além disso, a caridade deveria ser uma porta para se resolver o problema do pauperismo.

Além desta relação que remete a contextos externos, investigamos as biografias dos autores para compreender a posição que estes ocupavam no espaço social e no campo educacional. Verificamos que a posição destes no que tange ao marxismo em seus manuais também se relaciona com o lugar que ocupam socialmente: Alceu Amoroso Lima e Amaral Fontoura possuíam notável capital econômico e cultural herdados de suas famílias, o primeiro exerceu importante papel de liderança da reação católica, assim como transitou em vários espaços políticos que extrapolaram o âmbito das instituições confessionais, enquanto o segundo, dedicou-se ao exercício da docência formando alunos na educação básica e professores. Apesar de nos faltar mais informações acerca dos outros autores até o presente momento, no caso de Madre Francisca Peeters e Padre Guilherme Boing a filiação diretamente ao ofício eclesiástico é um indicativo desta abordagem combativa às ideias de Marx.

REFERÊNCIAS

- ARANHA, M. L. A. **História da Educação e da Pedagogia**. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2006.
- ATAÍDE, Tristão. **Preparação à Sociologia**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Getúlio Costa, 1942.
- AZEVEDO, D. N. A fase inicial da difusão das ideias de Marx no Brasil. *rth* |, Goiânia, v. 9, n. 1, p. 197–210, 2014.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2002.
- BENITO, A. E. **A manualística na Espanha: duas décadas de pesquisa (1992-2011)**. *Educação e Fronteiras, Dourados*, v. 7, n. 20, p. 6–29, 2017.
- BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento de Gutenberg a Diderot**; tradução Plínio Dentzien. - Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.
- BODART, Cristiano das Neves; CIGALES, Marcelo Pinheiro. **O ensino de sociologia no século XIX: experiências no estado do Amazonas, 1890-1900**. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.28, n.1, p.123-145, jan.-mar. 2021.
- BODART, C. N., & MARCHIORI, C. R. **Fragmentos da história do ensino de sociologia no Brasil: Figueiredo e seu manual escolar de Sociologia de 1917**. *Revista Brasileira de História da Educação*, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.4025/10.4025/rbhe.v21.2021.e181>.
- BODART, Cristiano das Neves; SILVA, Elizandra Cristina Rodrigues da. Preocupações didáticas em compêndios de Sociologia dos anos de 1930. In: BODART, Cristiano das Neves (Org.). **Sociologia e Educação: debates necessários**, vol.1. Maceió: Editora Café com Sociologia, pp. 117-150, 2019
- BODART, Cristiano das Neves; PIRES, Welkson. **Compreensão do processo de institucionalização da Sociologia escolar a partir de manuais escolares: um percurso metodológico em manualística**. *Em aberto, Brasília*, v. 34, n. 111, p. 113-130, 2021.
- BOING, Guilherme. **Sociologia Cristã**. Petrópolis: Editora Vozes, 1938.
- BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas: Sobre a teoria da ação**; Tradução: Mariza Corrêa – 11ª ed. – Campinas, SP: Papyrus, 2011.
- _____. **As formas de capital**. Em J. Richardson (Ed.) *Manual de Teoria e Investigação em Sociologia da Educação* (New York, Greenwood), 241-258, 1986.
- CAMBI, F. **História da Pedagogia**; tradução de Álvaro Lorencini. – São Paulo: Fundação Editora da UNESP (FEU), 1999.

CARLOS, Paulo Sérgio. **As raízes históricas do processo de secularização e sua implicação na atualidade**. In: Ensaios & Diálogos, Rio Claro, v. 12, n. 1, p. 113-130, jan./dez. 2019.

CASTELO, Rodrigo. **A “questão social” nas obras de Marx e Engels**. In: Revista PRAIAVERMELHA. Rio de Janeiro / v.20 nº 1/ p. 85-94/ Jan-Jun 2010.

CIGALES, Marcelo Pinheiro. **A sociologia católica no Brasil (1920-1940): análise sobre os manuais escolares**. 2019. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Florianópolis, 2019.

_____. **A sociologia educacional no Brasil (1946-1971): análise de uma instituição de ensino católica** (Dissertação de mestrado em Educação). Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014.

CIGALES, Marcelo y OLIVEIRA, Amurabi. **La sociología católica en Brasil a través de textos escolares**. *Rev. Mex. Sociol* [online]. vol.83, n.1 [citado 2023-07-01], pp.157-184, 2021.

CIGALES, M., & OLIVEIRA, A. **Aspectos metodológicos na análise de manuais escolares**. *Revista Brasileira De História Da Educação*, 20(1), e099, 2019.

FONTOURA, Amaral. **Filosofia da Educação**. 2.ed. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Aurora, Ltda, 1970.

_____. **Programa de Sociologia**. 1 ed. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1940.

GASPARINI, E. L. P. **O divórcio entre ciência e religião**. In: Revista Brasileira de História das Religiões. Maringá (PR) v. III, n.9, jan/2011. ISSN 1983-2859. Disponível em <http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pub.html>.

HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil: Sua História**. 2. ed. rev. e ampl. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

HUBERMAN, Leo. **História da Riqueza do homem**. - São Paulo: Zahar Editores., 1981.

LEÃO XIII, Papa. **Carta Encíclica Rerum Novarum** (Sobre a condição dos operários)., 1891.

MACHADO, C. S. **O Ensino da Sociologia na escola secundária brasileira: levantamento preliminar**. Revista da Faculdade de Educação, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 115-142, 1987.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. – 1. ed. – São Paulo: Boitempo, 1998.

- MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital; tradução Rubens Enderle. – 2. ed. – São Paulo: Boitempo, 2017.
- MEUCCI, S. **A institucionalização da sociologia no Brasil**: os primeiros manuais e cursos (Dissertação de Mestrado em Sociologia). Universidade Estadual de Campinas. Departamento de Sociologia, São Paulo, 2000.
- NARCIZO, Rodrigo Mota. "**Ministro de Deus, Portador da Luz**": Ações e discursos católicos de modelação docente na década de 1930. [Dissertação]. Mestrado em Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2008.
- OLIVEIRA, A. **Revisitando a história do ensino de Sociologia na educação básica**. Acta Scientiarum Education, Maringá, v. 35, n. 2, p. 179-189, jul./dez. 2013.
- OLIVEIRA, A., Cigales, M. P., & ENGERROFF, A. M. B. **Disputas e concepções de Sociologia no campo educacional brasileiro**: Fernando Azevedo e Alceu Amoroso Lima. *perspectiva*, 39(4), 1–18, 2021. <https://doi.org/10.5007/2175-795X.2021.e72122>.
- PAULA, E. S. de. **As Universidades medievais**. Revista de História, [S. l.], v. 15, n. 31, p. 03-12, 1957. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.1957.105539. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/105539>. Acesso em: 6 jun. 2023.
- PEETERS. Francisca. **Noções de Sociologia**. 2ª Ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1938.
- PIO XI, Papa. **Carta Encíclica Divinis Redemptoris** (Sobre o comunismo ateu)., 1937.
- PIRES, Carlos Manoel Pimenta. **A governamentalização de ‘almas’ católicas: igreja e educação no século XIX**. Rev. bras. hist. educ., Maringá - PR, v. 15, n. 1 (37), p. 23 - 50, jan./abr. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4025/rbhe.v15i1.586>.
- PONTES, H. . **Retratos do Brasil**: um estudo dos editores, das editoras e das "Coleções Brasilianas", nas décadas de 1930, 40 e 50. *BIB - Revista Brasileira De Informação Bibliográfica Em Ciências Sociais*, (26), 55–89, 1988.
- RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- SARANDY, F. M. S. **O debate acerca do ensino de Sociologia no secundário, entre as décadas de 1930 e 1950. Ciência e modernidade no pensamento educacional brasileiro**. Mediações - Revista de Ciências Sociais, Londrina, v. 12, n. 1, p. 67–92, 2007.
- SAVIANI, Demerval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. – 4. ed. – Campinas: Autores Associados, 2013.
- SILVA, I. L. F. O ensino das ciências sociais/Sociologia no Brasil: histórico e perspectivas. In: MORAES, A. C. (Org.). **Coleção explorando o ensino de Sociologia**. Brasília: MEC, 2010.
- ZACHARIADHES, G.C. **Que fez São Tomás de Aquino diante de Karl Marx**. Rev. Lua Nova, São Paulo, 78: 109-142, 2009.